novas da galiza

número 192

Setembro 2020

3 euros

os pés na terra
Projeto de extraçom de lítio na Terra de Montes 14

a terra treme
Luita do povo mapuche contra o Estado chileno 16

em movimento
'Ninguém sem cuidados' em Compostela 18

álex rozados

8-13

O caminho que leva a Meirás

Umha histórica sentença condenou a família Franco a devolver o Paço de Meirás ao Estado. Para atingir este ponto fôrom necessários anos de açons populares, institucionais e judiciais. Neste caminho tivérom especial relevância a documentaçom e a investigaçom historiográfica

EM MOVIMENTO / **20**

Crise de governo polo início de curso no ensino

Protestos das Ampas e do pessoal docente levou ao presidente Núñez Feijóo a remodelar a Conselharia de Educaçom. O protocolo para o começo das aulas tem em pé de guerra o setor. Para os sindicatos fica demonstrada qual era a situaçom prévia no ensino: salas de aulas sobressaturadas nas cidades e escasso investimento em contrataçom de professorado.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Charo Lopes, Isaac Lourido, Elena Martín Lores, Maria Álvares, Maria Rodinho, Xian Naia S.

OPINIOM/ Isaac Lourido
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Álex Rozados, Manuel Monge, Maca Rocamonde Igrejas, Dani R. Cao, Erik Dobaño, Antom Santos, Coletivo Amanhecer, Rede ContraMINAçao, Juan Redondo, Arancha Nogueira, Pablo Santiago, Raquel Miragaia.

FECHO DE EDIÇOM 21/09/2020

EDITA/
Associaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / Rachar com o franquismo, rachar com Espanha

bng

A sentença favorável à devoluçom do Paço de Meirás para o Estado vem dar a razom a aquelas vozes que levam anos a denunciarem que a Transiçom foi apenas umha reforma do regime franquista que deixou intatas as elites e as suas prebendas. O trabalho militante de muitas ativistas pola memória, assim como várias investigaçons historiográficas, deixou-nos já muitíssima documentaçom que expom as costuras do que se nos vendeu como um exercício democrático modelo. Seguindo com o caso de Meirás, o trabalho realizado por Carlos Babío e Manuel Pérez Lorenzo, que leva por título 'Meirás. Un pazo, un caudillo, un espolio' é um bom exemplo deste tipo de trabalhos.

O atual estado espanhol nom pode entender-se ainda sem Franco: a permanência de umha instituiçom decrépita e corrupta como a monarquia, a sagrada unidade territorial, a insignia *rojigualda* ou a conivência institucional e mediática com discursos xenófobos e machistas som várias das pegadas ainda indeléveis de quarenta anos de ditadura fascista. Rachar de umha vez por todas com a herdança do franquismo nom é só, ainda que também, liberar-nos da simbologia franquista das nossas ruas ou restituir a dignidade das vítimas da repressom. Rachar com o franquismo significa também rachar com a Espanha atual, filha do regime fascista.

Talvez a sentença primeira sobre a propriedade de Meirás, que ainda nom é firme, signifique que algo está a mudar socialmente na forma de entender o passado mais recente. Mas para a consecuçom dessa sentença fôrom necessários muitos anos de investigaçom, mobilizaçom e denúncia. Ainda que semelhe que as instituçons espanholas estám a dar passos em saldar contas com o passado franquista, fôrom as organizaçons populares as que estivérom na vanguarda. E agora talvez já nom se trate de reescrever o passado, senom o presente.

alto falante
altofalante@novas.gal

Perante a campanha antiocupaçom

Perante os acontecimentos da cidade de Lugo nos últimos dias e a campanha antiocupaçom dalguns meios e dumha ínfima representaçom da cidadania vinculada à extrema-direita, Stop Desafiuzamentos, como parte implicada no problema da vivenda em Lugo quer dar a sua visom a partir da criaçom da empresa 'Mi casa no es la tuya', dedicada à assessoria jurídica contra ocupaçons, e o intento de despejo dumha vivenda na rua Yáñez Rebolo no passado 18 de setembro.

Em 2011 havia no município de Lugo, segundo dados oficiais do INE, 59.647 vivendas. Esta semana umha informaçom da agência de notícias EFE da que se figérom eco alguns meios locais mencionava um informe policial segundo o qual em Lugo existem 14 vivendas ocupadas de forma ilegal. É dizer, numha das 5 capitais de província com maior número de vivendas vazias, a percentagem das ocupadas de forma ilegal é do 0,023. Esta plataforma solucionou 8 tentativas de despejo no que vai de ano, paralisando execuçons ou oferecendo alternativas habitacionais, graças ao labor das pessoas que colaboram desinteressadamente e sem o apoio de nengumha instituiçom. Ademais, a plataforma mantém ativos 11 casos de despejos.

Nas últimas semanas, alguns meios de comunicaçom, venhem fazendo campanha de criminalizaçom da ocupaçom e indiretamente do direito à habitaçom de todas e cada umha das pessoas que moramos nesta cidade. Á sua vez, promocionárom a criaçom da empresa 'Mi casa no es la tuya'. Pensamos que a vinculaçom dos seus componentes à extrema-direita e grupos neofascistas é crucial nom só para entender as suas orientaçons senom também as suas práticas, vinculadas à violência tanto física como verbal[...]

Por todo isto insistimos em varias reivindicaçons:
- Mais apoio das instituçons para aprovar umha normativa que garanta o direito à vivenda digna
- Reabilitaçom ecológica dos bairros e a criaçom de vivenda social digna e que se desestimem a criaçom de novos bairros e se limite a permissividade para fazer pisos turísticos de fundos abutres.
- Nom criminalizaçom da ocupaçom de vivendas vazias.
- Expropiaçom e conversom em vivenda social das vivendas que estám em maos de bancos resgatados com fundos públicos.
- Regulaçom e limitaçom do preço dos alugueres e da suba dos mesmos.
- Sançom e retirada de financiamento público para os meios de comunicaçom responsáveis da transmissom de notícias falsas. [...]

Extratos do comunicado de Stop Desafiuzamentos Lugo /

Simbologia franquista na Galiza. Umha vergonha coletiva

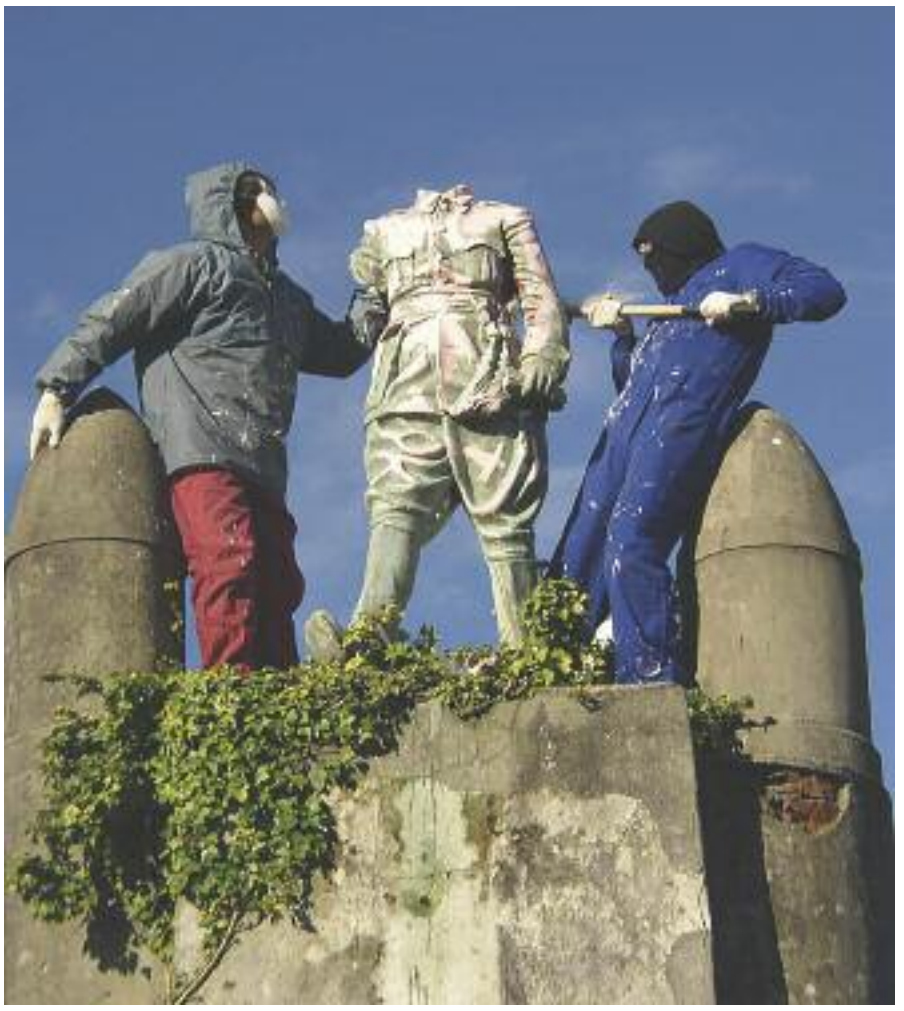
MANUEL MONGE

Poderia começar dizendo que avançamos na retirada da simbologia franquista, o qual é verdade: em Ferrol mudárom o nome de 61 ruas em 1981; na Corunha, e depois do relatório dumha chamada "comissom de especialistas" em que participei, fôrom retirados 52 símbolos franquistas em 2009; em Lugo acabam de retirar retratos de presidentes da Deputaçom na ditadura, por iniciativa da Vice-Presidência. Poderíamos dizer o mesmo de Compostela, Vigo, Ourense ou Ponte Vedra, e de outros muitos concelhos galegos. Mas nom é o tempo da auto-complacência, senom de fazer umha valoraçom crítica.

Se depois de quarenta e três anos de democracia e de treze da aprovaçom da Lei de Memória Histórica ainda restam na Galiza mais de 600 símbolos franquistas em noventa concelhos, há que falar claramente dum fracasso de País e dumha autêntica vergonha coletiva.

Como recolho no meu livro *Os restos do franquismo en Galiza*, publicado por Laiovento neste ano, na Corunha ainda restam 104 símbolos franquistas, 50 em Compostela (entre eles, 20 relativos a ministros de Franco), 47 em Ferrol, 36 na Deputaçom da Corunha, 21 em Lugo, 21 em Pontevedra, 18 em Vila Garcia de Arouça, 16 em Betanços, 10 em Vigo, 7 em Cangas... Naturalmente que a principal responsabilidade é da direita e do PP, que ocupam a Junta da Galiza há quase 40 anos e que se negárom a aprovar umha Lei de Memória Democrática da Galiza apresentada polo BNG, mas todas estas instituiçons e concelhos que acabo de nomear estám governados por organizaçons políticas progressistas, de esquerda e nacionalistas.

Faltou vontade política e coerência para aplicar os mesmos critérios em todo o país, faltou organizaçom política para fazer um seguimentos dos acordos, nom fôrom aprovadas as partidas nos orçamentos dos concelhos e das deputaçons para realizar um inventário da simbologia franquista e aplicar as sançons correspondentes.



Açom de Nós-UP contra umha estátua franquista em Narom em 2003.

Se ainda restam na Galiza mais de 600 símbolos franquistas em noventa concelhos, há que falar claramente dum fracasso de País e dumha autêntica vergonha coletiva

A permanência da simbologia franquista é umha exaltaçom das pessoas que participárom na sublevaçom de 1936 ou na sua preparaçom contra o Governo legítimo da República, e na Galiza temos numerosos golpistas e falangistas que conservam todo tipo de distinçons; exaltaçom e reconhecimento social a quem ocupou cargos de responsabilidade nas instituiçons franquistas e colaborou com a ditadura, ou aos políticos que fôrom afetos ao regime ou legitimárom a ditadura franquista, como recolhe a Lei de Memória Democrática de Aragom. Aqui poderiam estar incluídos ministros de Franco, presidentes de deputaçons, alcaldes e alcaldesas na ditadura, governadores civis, empresários franquistas como Pedro Barrié de la Maza, bispos como José Guerra Campos, etc.

Faltou vontade política e coerência para aplicar os mesmos critérios em todo o país, organizaçom política para fazer um seguimento dos acordos e orçamentos para realizar um inventário da simbologia franquista e aplicar as sançons correspondentes

Atualizando essa simbologia franquista que resta por retirar, lembro as ruas e distinçons que ainda conserva Manuel Fraga e que fôrom concedidas quando era ministro da ditadura e depois de mais de trinta anos de militância fascista. Nom podemos esquecer que o rei Juan Carlos ainda conserva na Galiza ruas e distinçons que mui pouca gente pode defender hoje depois de conhecer os casos de corruçom da monarquia.

Sem vergonha nom temos futuro. Acabemos com esta vergonha!

Manuel Monge é sociólogo, foi presidente da 'Comisión pola Recuperación da Memoria História da Coruña' (2007-2011) e, na atualidade, é secretário do clube de opiniom 'Foro Cívico' e presidente de 'Defensa do Común'.

freepik

Que quer dizer 'Educaçom pública, global, competencial e integral'?

MACA ROCAMONDE IGREJAS

A ministra Celaá dixo em maio: 'a educaçom deve ser global, competencial, integral' e o professorado perguntamo-nos que tinha a ver com a situaçom concreta que estávamos a viver. Com o decorrer da pandemia a polissemia de 'competência' ia aplicar-se à comunidade educativa nas duas acepçons: *capacidade* e *responsabilidade*.

A competência linguística serve-nos para reinterpretar as declaraçons institucionais, porque Estado e Xunta utilizam a língua para embaciar a falta de açom com conceitos vagos sem concreçom prática e que deixam a comunidade educativa abandonada à sua sorte.

'Globais e integrais' serám as nossas competências no próximo ano académico. Cada centro criará um grupo COVID que elaborará um plano de adaptaçom à situaçom no ano 2020-2021, outro de contingência e um protocolo de limpeza e desinfeçom. O professorado convertemo-nos em pessoal técnico sanitário tomando decisons e gerindo questons para as que nom temos formaçom. 'Som os centros os que melhor conhecem o alunado', mas nom contárom com sindicatos, docentes, AMPAS ou PAS para o diálogo prévio à elaboraçom dum protocolo rejeitado por esses setores e que nom garante a segurança. Somos nós, isso si, quem o adaptará, aplicará e terá a responsabilidade do que acontecer.

Estado e Xunta utilizam a língua para embaciar a falta de açom com conceitos vagos que deixam a comunidade educativa abandonada à sua sorte

A equipa COVID aplicará a competência matemática a somar os gastos de higienizaçom, triplicar os horários do persoal de limpeza e acrescentar novas tarefas que se somam às já existentes (ampliadas ano após ano) sem recursos extra. Será para experimentar os milagres de multiplicar pans e peixes e lembrar que a religiom continua no ensino.

Após o anúncio de partidas económicas estatais para o ensino destinado às comunidades autónomas, Feijóo quijo destiná-lo 'a outros fins'; dias depois afirmava que 'Galiza nom vai baixar o número de estudantes por aula' (um requisito para poder manter a distância de segurança) porque 'nom há dinheiro'. Em troca, o papel de carcereiros que requerem as funçons de vigilância parece nom calhar com a 'atençom emocional' aludida pola conselheira Carmen Pomar.

Feijóo louvou a *teledocência* e *telesanidade* como 'o futuro' mas nengumha competência digital pode substituir a relaçom humana presencial nesses ámbitos. Professorado e alunado deverám adaptar-se a umha metodologia presencial, semi-presencial ou telemática independentemente da sua situaçom persoal e familiar. Há alunado com necessidades educativas especiais e/ou que nom pode seguir aulas online, porque nom todo o mundo tem as mesmas possibilidades: a igualdade de oportunidades é umha falácia.

O professorado convertemo-nos em persoal técnico sanitário tomando decisons e gerindo questons para as que nom temos formaçom

A linguagem pode ser cristal transparente ou opaco. 'Ter trabalho é umha sorte', 'há que arrimar o ombro', 'a crise é umha oportunidade', 'o funcionariado é privilegiado' quer dizer: nom reivindiques melhoras laborais e sociais, assume individualmente as consequências da crise e da má gestom, divide as trabalhadoras... Porque o persoal da saúde e da educaçom (e nelas eventuais, substitutas...) também som classe trabalhadora que experimenta condiçons de precarizaçom que repercutem na qualidade dos serviços (por exemplo, o persoal na pública leva baixando desde 2010, enquanto aumentam as contrataçons na privada/concertada). Os aplausos das 20:00 devem impulsionar mais que remendos como o programa ARCO no ensino e que os cheques ao persoal sanitário, que nom travam o desmantelamento dum sistema que pede recursos, persoal, segurança e nom gorjeta. Do sucesso do trabalho sindical, da pressom popular através de mobilizaçons ou de greves depende nom umha ou outra melhora laboral pontual senom o futuro do público ao serviço da nossa classe.

Maca Rocamonde Igrejas é docente no ensino secundário e ativista da Gentalha do Pichel.

ANTIFASCISMO /

Extrema-direita ataca polas redes sociais o centro social O Pichel de Compostela

redaçom
conselho@novas.gal

Após um longo período de feche pola pandemia da Covid19, o Centro Social O Pichel, gerido pola associaçom cultural A Gentalha do Pichel, reabria as suas portas. Durante este mês de setembro, este espaço com umha ampla trajetória na defesa da língua e a cultura do nosso país foi o alvo de mensagens reaccionárias e fascistas ao publicar um cartaz em que anunciava a obrigatoriedade do uso de máscara dentro do local, mas advertia de que esta nom poderia exibir simbologia espanhola.

Umha vez o cartaz foi publicado nos perfis de redes sociais, esta associaçom começou a receber insultos e ameaças de perfis que nom duvidavam em exclamar "Arriba España!", encher os comentários com a bandeira espanhola ou anunciar a assistência ao local para ver o que acontecia.

Dias depois, a Gentalha do Pichel publicava um comunicado em que defendia a publicaçom do cartaz, exponhendo as razons polas quais a atual bandeira espanhola é considerada anti-democrática: "nom apenas polo imprescindível exercício de memória histórica que nos impede esquecer que a atual bandeira espanhola foi imposta por umha ditadura militar fascista. Também polo que representa na atualidade". Assim, salientam que "para além dos discursos da superaçom do passado e da resignificaçom dos símbolos, da Gentalha entendemos que a bandeira de Espanha segue a representar um Estado que conserva umha instituiçom anacrónica, profundamente antidemocrática e corrupta como a monarquia, que se nega a reconhecer o direito de autodeterminaçom e o exercício da livre eleiçom, que mantém em andamento campanhas repressivas contra o independentismo galego organizado politicamente, que ergue um enorme valado de separaçom com o continente africano ou que continua a celebrar o saqueio colonial de Suramérica".

> Vários centros sociais partilhárom o cartaz como mostra de solidariedade

Os ataques e comentários de perfis com discurso espanholista próprio da extrema-direita acusavam a Gentalha do Pichel de incitar ao ódio por proibir a entrada neste centro social por portar máscaras que levassem a bandeira espanhola. No seu comunicado, a Gentalha afima que "nom nos surpreende que aquelas pessoas mais ofendidas com o cartaz fossem precisamente as mesmas que lotavam as nossas redes sociais de mensagens com proclamas fascistas, nostálgicos do regime iniciado no 36 que, com a cumplicidade das instituiçons do Estado tenhem cada vez mais campo livre para difundir o seu discurso, esse sim, totalitário, supremacista e machista. Um discurso de ódio que ganha adeptos graças nom apenas a forças políticas ultraespanholistas, que rapidamente denunciárom nas suas redes sociais 'as manifestaçons de ódio' da Gentalha, mas também graças à intoxicaçom mediática que nom duvidou em fazer-se eco da notícia entre dúzias de mentiras".

Ciudadanos procura rendibilidade política

A agrupaçom local de Ciudadanos, partido sem representaçom na Câmara Municipal, assumiu o discurso e os argumentos dos ataques à Gentalha e a sua coordenadora Maria Vilas afirmou que "condenamos as manifestaçons de ódio da associaçom a Gentalha do Pichel nas redes sociais". Esta formaçom política perguntava também ao concelho se a Gentalha estava a cobrar subvençons -um argumento também presente nos comentários espanholistas por redes-. As palavras de Ciudadanos encontrárom altifalante em meios locais como *El Correo Galllego* ou a Cope Santiago, posicionados também contra a Gentalha.

Solidariedade dos centros sociais

Também vários centros sociais do país mostrárom a sua solidariedade com a Gentalha do Pichel e posicionárom-se claramente contra o assédio espanholista em redes sociais. Como mostra de solidariedade, vários centros sociais partilhárom o cartaz nas suas redes sociais ou mesmo o pendurárom, como figerom o Fuscalho da Guarda, o Quilombo de Ponte Vedra ou a Revolta de Vigo, na porta dos seus locais.

Javier Tebas Medrano, presidente de LaLiga de futebol masculino a nível estatal. deportescuatro

DÉPOR - FUENLABRADA /

Mais do que noventa minutos

dani r. cao

Os dias transcorridos entre o 20 de julho e o 27 de agosto de 2020 passarám sem dúvida à história do Deportivo da Corunha, com umha curiosidade, de todo o tempo transcorrido entre umha e outra data apenas 90 minutos fôrom no campo de jogo. Um surto de coronavírus entre o plantel da equipa madrilena do Fuenlabrada, contra a qual o Depor se jogava a permanência, suspende um jogo vital que após um longo processo dirimido, fundamentalmente na mídia, remata com a equipa corunhesa em 2ºB.

Um processo longo e desigual que transcendeu o ámbito desportivo e, sobretodo, deu mais ar do que nunca à infiltraçom de todo tipo de agentes na direçom da máxima competiçom futebolística masculina do Estado. Agentes que vinculam desde mandos policiais a militantes da extrema direita e estafadores imobiliários.

Os clans

Javier Tebas Medrano e Javier Tebas Llanas som pai e filho, presidente de *La Liga* e assessor jurídico do Fuenlabrada, respectivamente. Umha circunstância que a priori deveria ser um evidente conflito de interesses foi obviada, permitindo que umha equipa com evidentes vínculos com a direçom da Liga fosse constantemente beneficiada polas decisons desta. Tanto é assim que a Liga, por boca do seu presidente, reconhece a sua responsabilidade no permisso outorgado ao Fuenlabrada para viajar à cidade corunhesa, pese às advertências do próprio médico do clube, provocando nom só a suspensom do partido senom a exposiçom de todo tipo de profissionais dos transportes e da hotelaria ao surto, como assim denunciárom tanto a alcaldesa da Corunha como a própria Junta da Galiza. O assunto encontra-se agora em vias judiciais, mas a realidade é que a nível desportivo nom tivo nengum tipo de trascendência.

> Um surto de coronavírus entre o plantel do Fuenlabrada, contra o qual o Depor se jogava a permanência, suspende um jogo vital que após um longo processo dirimido, fundamentalmente na mídia, remata com a equipa corunhesa em 2ªB

Mas o vínculo paterno-filial nom tem a ver só com os interesses desportivos, senom também com dous mais vistosos. Por umha banda, o económico, pai e filho som sócios de diversas empresas dedicadas a todo tipo de atividades económicas vinculadas ao desporto, da representaçom e os patrocínios até bufetes especializados em direito desportivo. Ou o que é o mesmo, pai e filho dirigem umha

instuiçom relevante dentro dum mercado, e à vez participam dele mediante capital privado.

Por outra banda, o ideológico. O clam Tebas está vinculado com outro clam, o Le Pen, neste caso tia e sobrinha. A atual hierarca do clam Le Pen, Marine, dirigente do antigo Front National francês, é umha pessoa pola que o presidente de *La Liga* sente admiraçom, assim o fazia público no ano 2016 numha entrevista em *La Vanguardia*. Mas além das simpatias também há negocio, a sobrinha de Marine Le Pen, Marion, possui um liceu sediado em Lyon dedicado à formaçom de quadros políticos de partidos extremistas de toda Europa. O liceu instalou-se em Madrid a começos de 2020 em forma de fundaçom, tendo entre os seus patronons a Tebas Junior.

victor echave

O homem de palha (e cimento)

Jonathan Praena, presidente do Fuenlabrada. Outros dos beneficiados pola resoluçom do caso é um velho conhecido do clam Tebas e também nom foge de participar num conflito de interesses. Praena, diretivo de diversas empresas dedicadas à promoçom e construçom imobiliárias, tem relaçom comercial de há tempo com Javier Tebas pai. De facto, através dum dos seus principais grupos empresariais tivo de passar várias vezes polo julgado, umha em vias de resoluçom, pola venda de pisos a particulares que nunca chegaram a ser entregues, na própria Fuenlabrada, e outra pola entrada em concurso de acredores da principal das suas empresas, o grupo Prádena. A assessoria jurídica realizada ao grupo Prádena foi realizada polo bufete propriedade de Javier Tebas pai.

O interesse comercial também toca com o desportivo, assim, o Fuenlabrada quando se topou, como tantas outras equipas, com problemas financeiros que punham em causa a sua adecuaçom aos estándares promovidos pola Liga recebeu assessoramento para passar fundos das contas das empresas de Praena às da equipa, e salvar assim a situaçom.

O caso Bergantinhos

Durante esta desigual batalha também houvo umha tentativa clara de culpabilizar o Deportivo desta situaçom. Numha das cenas mais chamativas, o capitám da equipa corunhesa foi detido logo de filtrar a Cadena Cope um áudio em que qualificava a celebraçom do partido 18 dias depois da data oficial como um "paripé". Bergatinhos foi detido logo dumha denúncia realizada polo diretor do departamento de Integridade e Seguridade da Liga, Florentino Villabona, antigo comissário chefe de Segurança Cidadá no Ministério de Interior durante os anos do PP no governo do Estado. Desde o seu antigo cargo condecorou Tebas pai reconhecendo a sua labor na "promoçom da segurança e integridade no desporto".

> Javier Tebas Medrano e Javier Tebas Llanas som pai e filho, presidente de 'La Liga' e assessor jurídico do Fuenlabrada, respectivamente. Umha circunstáncia que 'a priori' deveria ser um conflito de interesses foi obviada

Bergantinhos encontra-se também na via judicial para esclarecer os feitos e conta com o apoio, entre outros, de diversos sindicatos policiais.

A resoluçom provisória

Após esta desigual batalha, o Deportivo tinha ainda pendente um trámite no máximo estamento desportivo espanhol, o CSD, dependente do Ministério de Cultura. O órgao, presidido por Irene Lozano, ex-eurodeputada por UPyD e Ciudadanos foi posteriormente reciclada polo PSOE como representante da Marca España. A esperança do deportivismo estava posta em que Lozano, que estatutariamente exerce como mediadora entre a Federaçom Espanhola de Futebol e a *La Liga*, propugera umha soluçom que amparasse o clube corunhês pola desigualdade de condiçons em que tivo de competir na última jornada. A soluçom consistia em imitar a medida posta em prática noutras ligas europeias de cancelar os descensos, ampliando a segunda divisom até 24 equipas, proposta publicamente rejeitada desde *La Liga*. Porém, o 27 de agosto este organismo público falhou em favor do clam Tebas, abrindo umha nova polémica que trascendia o ámbito desportivo: sugeriu à alcaldesa da Corunha, Inés Rey, aceitar a soluçom proposta pola Liga e em troca o Estado desbloquearia umha série de investimentos pendentes na cidade da Corunha, sem especificar de que tipo.

O convite, inicialmente rejeitado pola alcaldesa, é o penúltimo capítulo desta história, dado que o Deportivo, e a outra equipa afetada, o Numáncia de Sória, trasladam agora à justiça ordinária o pleito porque sejam reconhecidos os agrávios competitivos que sofrérom.

O próprio dia 27, Fernando Vidal, presidente do Deportivo anunciava que este episódio era "o princípio do fim de Tebas ao mando do futebol espanhol", seja como for, o certo é que o caso destapou, como nom ocorrera antes com nengum outro, a quantidade de interesses cruzados entre diversos sectores económicos e políticos com o desporto no Estado espanhol.

MEIRÁS / O CAMINHO QUE DESEMBOCOU NA SENTENÇA

Garita na entrada principal ao Paço de Meirás.

Meirás, a porta que demorou muito para abrir

Assim chegou a sentença que anula a propriedade dos Franco sobre o Paço de Meirás e ordena à família a devoluçom do bem

erik dobaño
antom santos
coletivo amanhecer
aarón l. rivas
novas da galiza

Há duas datas-chave na batalha final pola recuperaçom de Meirás. Som pontos 'sem volta' no envolvimento de instituiçons estatais para revisar e modificar realidades protegidas pola legalidade de Franco até chegar à sentença da juíza Marta Canales no início deste mês.

A primeira data é a de 1 de março de 2018, quando a Deputaçom da Corunha lança a iniciativa política mais importante desde a morte do ditador para recuperar o Paço de Meirás. A segunda é em 10 de julho de 2019, quando o Estado instaura umha açom contra a família Franco no Tribunal nº1 de Primeira Instância da Corunha.

Entre essas duas datas, tivo lugar um acontecimento que serviu de acelerador em Madrid de um processo que na Galiza já tinha constituído umha frente institucional com duas equipas de especialistas em direito e historiadores a trabalharem em paralelo para ultrapassar a lacuna jurídica por onde começar a desmontar o relato elaborado polo regime de Franco sobre a aquisiçom de Meirás e a herança de Franco.

> A 1 de março de 2018 a Deputaçom da Corunha lançava a iniciativa para recuperar o Paço e a 10 de julho de 2019 o Estado instaurava umha açom judicial contra a família Franco

O acontecimento foi a moçom de censura que derrubou o governo Rajoy e deu lugar ao primeiro governo Sanchez. Com o novo governo nasceu a Direçom-Geral da Memória Histórica, que desde o início, pola mao do seu titular, Fernando Martínez, manifestou sua disposiçom para completar a frente institucional para reivindicar o Paço.

"Fomos capazes de desmontar o relato construída polo franquismo. Era preciso que a justiça levasse em conta que o golpe de estado de 1936 e o regime que ele instaura nom podiam ser considerados um período normal", reflete Carlos Babío, autor juntamente com Manuel Pérez, e peritos ambos no julgamento ocorrido em julho

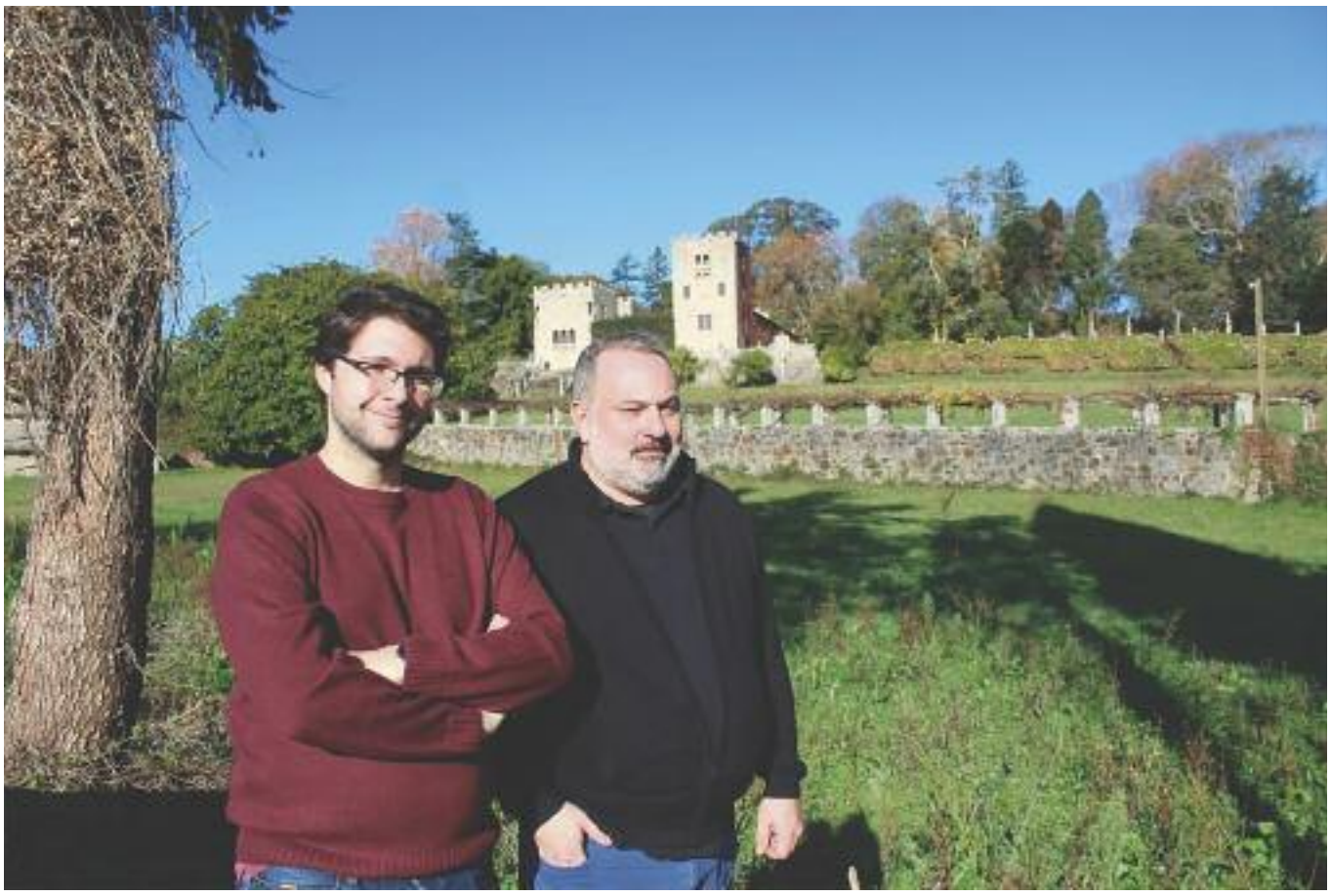
MEIRÁS / O CAMINHO QUE DESEMBOCOU NA SENTENÇA

passado, do ensaio *Meirás, un pazo, un espolio, un caudillo*. "O regime de Franco perpetrou muitos saques, mas o Paço tem como beneficiário o líder dos sublevados, que continuou a enriquecer durante quase quarenta anos e que beneficiou a sua família. Nom existe igual caso de impunidade no mundo em relaçom a bens saqueados por regimes totalitários.

No dia 1 de março de dous anos atrás, Valentín González, Presidente da Deputaçom, e Goretti Sanmartín, Vice-Presidenta, compareceram em conferência de imprensa acompanhados polo advogado Xabier Ferreira e polo historiador Emilio Grandío para informar que o relatório elaborado por ambos tivo "força suficiente" para que a instituiçom instasse o Património Nacional a agir para recuperar o espaço.

Foi a primeira vez que umha instituiçom estatal liderou umha açom política e avançou com açons judiciais contra o legado do ditador.

Um ano depois, Sanmartin ainda reclamava por carta ao Património Nacional que atendera o seu pedido. O governo socialista em Madrid deu prioridade à exumaçom dos restos mortais de Franco Do Vale dos Caídos, mas a *performance*, inicialmente prevista para março, foi suspensa por juiz com aval do Supremo.



Manuel Pérez e Carlos Babío, autores de 'Meirás. Un pazo, un caudillo, un espolio' a finais de 2017 em Meirás.

O trabalho reivindicativo dos movimentos de base

Para chegar à primeira data fixada, março de 2018, fôrom dous trechos polos quais a reivindicaçom passou nos movimentos sociais. O último trecho, o mais curto, começara apenas oito meses antes. No início do verao de 2017, Carlos Babío participou em representaçom da CRMH da Corunha (Comissom pola Recuperaçom da Memória Histórica) umha reuniom no Parlamento galego em que se apresentava o rascunho para umha lei galega de memória histórica que estava a elaborar o BNG. Babío informou naquela reuniom que a CRMH iria lançar umha campanha para reativar o movimento pró-devoluçom de Meirás. O CRMH iniciou a campanha com umha proposta: criar umha Junta Pró-Devoluçom como espelho, quase oitenta anos depois, daquela Junta Pró-Paço que tinha administrado a recadaçom, compra e entrega de Meirás. A proposta correu rapidamente e, em 9 de agosto, a Deputaçom já reunira os municípios da Corunha e Sada e as associaçons da memória histórica para constituir a referida Junta.

> Em 2017 a Comissom pola Recuperaçom da Memória Histórica iniciava umha campanha com a proposta de criar umha Junta Pró-Devoluçom. Outra parte da campanha foi denunciar publicamente que a gestom das visitas estava a cargo da Fundaçom Francisco Franco e que nelas se fazia apologia do franquismo

A outra parte da campanha foi umha reclamaçom: informar à opiniom pública de que a gestom das visitas ao Paço (declarado BIC em 2008) estava a cargo da Fundaçom Francisco Franco e que nelas se fazia apologia do franquismo. A denúncia acabou por ser umha bomba a ponto de transformar a polémica entre a CRMH e a Fundaçom Franco numha das 'novelas do verao' dos informativos televisivos em todo o Estado.

O sucesso de ambas as iniciativas deixou a CRMH fora de jogo. Em 30 de agosto, militantes do BNG entrárom no Paço, escalárom umha das torres e hasteárom uma enorme faixa exigindo a devoluçom. As imagens aéreas representárom mais um símbolo na luta por Meirás. Os atores políticos começárom a atuar por conta própria, mas antes do final do ano, a Deputaçom corunhesa e o Parlamento Galego, onde o PP tivo de ceder perante o barulho mediático, criárom grupos de trabalho para reconstruir a verdade sobre Meirás como base para a reivindicaçom legal de propriedade.

Antes que o trabalho desses grupos fosse concluído, Babío e Pérez apresentárom o seu ensaio documentando o saque inicial e subsequente uso e manutençom do Paço polo Estado como a sede da Chefia do Estado franquista.

O longo trecho para consolidar a frente institucional resume-se na sentença do juiz Canales. Tudo começou em 1977 com as primeiras reivindicaçons da Assembleia Popular Galega. Continuou com os debates na vereaçom da Corunha entre 1982 e 1983 entre o PSOE e a esquerda galeguista sobre a estratégia de recuperaçom de Meirás. Prossegue com a criaçom do CRMH em 2004 e as marchas de protesto que se estendem até 2011; e marca um dos seus marcos com a declaraçom do Paço como BIC em 2008 promovida desde o governo municipal de Sada por Abel López Soto, também após umha longa negociaçom entre nacionalistas e socialistas com o bipartido em Compostela e o primeiro governo Zapatero em Madrid.

MEIRÁS / O CAMINHO QUE DESEMBOCOU NA SENTENÇA

O catedrático de Direito Civil na UdC, Xosé Manuel Busto.

Os processos institucionais e jurídicos

Após a rapidez com que os acontecimentos ocorrérom entre o primeiro semestre de 2018, os meses seguintes resultárom num surdo leilom político com o movimento social parado e à expetativa.

Mas o trabalho dos peritos tinha uma base sólida e a Advocacia do Estado manifestou a sua conformidade. Em fevereiro, durante a apresentaçom do relatório encomendado pola Deputaçom, Xabier Ferreira apontou para umha possível forma de reclamaçom: a compra e venda do Paço assinada por Franco em 1941 poderia ser considerada "um negócio fictício" e, portanto, ser anulada. Em junho, o relatório do Parlamento, acrescenta outras vias.

"Nas primeiras reunions havia certa frustraçom entre os advogados porque a documentaçom fornecida polo cartório de Betanços mostrava que os imóveis estavam registados em nome de Franco e a sua esposa e também tinham sido registados em nome da sua filha. Constavam registos do ano 41 ao ano 63. Era essa a realidade que tínhamos: escrituras públicas e com os nomes dos proprietários dessas propriedades, pouco se podia fazer desse lado", explica Xosé Manuel Busto, professor de Direito Civil da Universidade da Corunha, um dos autores do relatório do Parlamento galego e também chamado para depor como perito no julgamento. "Digamos que seja o nível de segurança mais alto que podemos encontrar. Mas todos nós também tínhamos em mente que o processo de aquisiçom nom tinha ocorrido num contexto normal. Pensamos que a estratégia tinha de ser documentar o contexto e mostrar que o Meirás estava ligado à Chefia do Estado. E foi possível demonstrar que o Estado era o dono do imóvel e atuou como dono com um tratamento semelhante ao das demais sedes da Chefia entre 1939 e 1975 ".

> Em fevereiro, durante a apresentaçom do relatório encomendado pola Deputaçom da Corunha, Xabier Ferreira apontou para umha possível forma de reclamaçom: a compra e venda do Paço assinada por Franco em 1941 poderia ser considerada "um negócio fictício" e, portanto, ser anulada

Esse foi o foco da açom instaurada e assumida na sua totalidade pela juiza Canales na decisom dalgumhas semanas atrás.

Quando o governo Sánchez foi forçado a adiar a exumaçom dos restos mortais de Franco, também adiou a instauraçom da açom de Meirás, que já estava decidida. Com a convocaçom de eleiçons, Fernando Martínez deixou de exercer o cargo. Passárom as eleiçons gerais de abril e, em julho, o Ministério da Justiça ativou a açom.

Em setembro de 2019, o tribunal marcou o início do julgamento para janeiro do ano seguinte. Em outubro, o estado removeu os restos mortais de Franco do Vale dos Caídos. Em novembro o PSOE ganhou as eleiçons e Fernando Martínez voltou, agora como secretário de Estado.

"Foi a primeira vez que o debate jurídico sobre o golpe de 1936 foi levado a tribunal, porque era impossível continuar a falar de Meirás, ignorando o contexto histórico. Nem sequer teria sido possível determinar a natureza do bem, se público ou privado, independentemente desse contexto. Se a justiça leva em conta que o franquismo nom é um período normal do ponto de vista democrático, nom resta mais a fazer do que a reversom do bem ", conclui Carlos Babío.

"O argumento foi estritamente legal, dispensando outros elementos que obviamente concorrem neste caso. O relatório jurídico da comissom parlamentar nom contém qualquer tipo de preconceito ou avaliaçom de natureza social ou histórico ou mesmo de justiça material. É um argumento estritamente técnico, científico e jurídico", sublinha Xosé Manuel Busto.

A sentença revê e anula realidades protegidas pola legislaçom de Franco da continuidade do Estado. Limita o debate à propriedade e reivindica o 'retorno' ao mesmo estado que, segundo a tese do saque, usou a força para roubar dinheiro e terras para adquirir e ampliar o Paço.

Por outro lado, a última batalha de Meirás deixa outros ensinamentos. Até que Carlos Babío o fijo, a comunidade científica galega nom se interessara polo Paço. Até que Goretti Sanmartin o fijo, nenhuma instituiçom do país mostrara vontade política para enfrentar a questom. Babío exortou os historiadores galegos a recuperarem o atraso e a liderança de Goretti conseguiu envolver outras instituiçons, até mesmo o governo do estado. Os movimentos sociais nada conseguem sem umha base científica ou técnica que avalize as mudanças jurídicas que promovem. Meirás é umha porta que demorou a abrir, mas vai abrir outras.

MEIRÁS / DOCUMENTANDO O ESPÓLIO

Protesto de coletivos memorialísticos no início da vista oral no passado julho na Corunha. @19demeiras

Umha luita com base na investigaçom histórica

coletivo amanhecer
novas da galiza

O trabalho historiográfico tivo umha especial relevância no longo caminho que deu na sentença dos julgados de primeira instância da Corunha em favor da declaraçom do Paço de Meirás como propriedade do estado. A documentaçom arredor de como este prédio passou às maos do ditador assentou as bases da resoluçom judicial. Por outra banda, também se pom em questom o relato oficial da 'Transición' espanhola, que já vinha sendo questionado pola própria historiografia.

O catedrático de história contemporánea na Universidade de Santiago de Compostela, Xosé Manoel Núñez Seixas, considera que a sentença a favor da devoluçom ao estado do Paço de Meirás "pode ser um ponto de viragem histórico". Sabedor de que ainda cabem recursos perante a Audiência Provincial e o Tribunal Supremo espanhol, Núñez Seixas di sentir-se "moderadamente otimista". Esta resoluçom, na opiniom do catedrático, "mostra um perfil diferente, e que faltava na jurisprudência espanhola, que é um respeito polas investigaçons históricas que se levárom a cabo com fundamento sobre a a questom do paço de Meirás". "A visom crítica do passado ditatorial e das limitaçons do processo de transiçom nom só devem ser elucidadas pola historiografia ou o discurso intelectual, também tenhem que chegar à judicatura e traduzir-se numha política de reparaçons concreta", é nisto no que Núñez Seixas encontra que esta sentença é um ponto de viragem.

Núñez Seixas, que foi presidente da comissom de peritos nomeada pola Conselharia de Cultura para cumprir o mandado parlamentário de estudar a possibilidade de as Torres de Meirás passarem à propriedade pública, também considera que a sentença vai além da questom da propriedade de Meirás, da Casa Cornide na Corunha ou as estátuas do Pórtico da Glória. "É perguntar-se quanto franquismo resta na sociedade", salienta o catedrático, quem opina que esta sentença "mostra que há um novo consenso social e que é preciso afazer o discurso da memória democrática a ele".

> Xosé Manoel Núñez Seixas, catedrático de história contemporánea da USC, acha que a sentença a favor da devoluçom do Paço "pode ser um ponto de viragem histórico"

Documentando a memória

O historiador Manuel Pérez Lorenzo é coautor, com Carlos Babío, da obra 'Meirás. Un pazo, un caudillo, un espolio' e participou na elaboraçom do relatório histórico-jurídico da Deputaçom da Corunha sobre o Paço de Meirás. Natural de Sada, município onde se localiza o Paço, Pérez Lorenzo considera que a investigaçom historiográfica e a informaçom documental fôrom fundamentais para a sensibilizaçom para a necessidade de incorporaçom deste edifício ao património público. Antes de todo este trabalho

MEIRÁS / DOCUMENTANDO O ESPÓLIO

lois chantada

de investigaçom, "circulavam umha série de ideias: que as pessoas foram obrigadas a contribuir, que a algumhas pessoas lhes tiraram as suas propriedades...", expóm. Após as pesquisas, essas memórias populares fôrom documentadas.

Quando em 2007 se iniciara o processo de declaraçom das Torres de Meirás como Bem de Interesse Cultural (BIC), que coincidiu com o governo bipartido da Junta e o primeiro autarca nacionalista em Sada, a direita figera campanha contra esta resoluçom, mas Pérez Lorenzo assinala que o novo consenso social em torno de Meirás torna difícil hoje aceitar discursos contrários ao facto de que o Paço seja um bem público. "Em Sada verificou-se umha mudança importante", sublinha este historiador, sobretudo tendo em conta que durante quase trinta anos tinha governado um autarca que mantivera no seu gabinete o retrato de Franco até 2003.

A indefiniçom da propriedade

"Na ditadura existia umha indefiniçom absoluta entre a figura de Franco e a figura do chefe de Estado". Esse foi um dos pontos fulcrais que facilitou que Meirás passasse às maos da família do ditador. "Se Franco nom fosse chefe de estado proclamado na altura polo bando sublevado, nom se teria produzido esse agasalho por parte da 'Junta Pró-Paço' em 1938", salienta Pérez Lorenzo. Este historiador salienta que nesses anos ainda está a ser estruturada a arquitetura jurídica do regime, e só é em 1940 que é aprovada a Lei do Património do Estado, pola que as propriedades da Coroa que fôrom assumidas pola República passam à Chefatura do Estado. "O paço de Meirás podia ser afetado por essa lei, com base na escritura do 38 da que foi obsequiado o Chefe de Estado. É nessa altura quando se redige umha escritura nova, que é fraudulenta porque a parte que vendera o edifício no 38 volta a vendê-lo quando já nom era seu. E no 41 volta a vender-se o edifício e agora nom é a 'Junta Pro-Paço' quem o compra, mas Franco, ademais a um preço sensivelmente inferior ao do 38", expóm Pérez Lorenzo.

> O novo consenso social em torno de Meirás torna difícil hoje aceitar discursos contrários ao facto de que o Paço seja um bem público

Após a morte do ditador o paço nom passará a ser propriedade do Estado, num exemplo de perpetuaçom das elites e prebendas franquistas. Pérez Lorenzo pom assim o foco em Fernando Fuentes de Villavicencio e Ricardo Catoira, altos cargos da Casa Civil do Chefe de Estado, organismo que geria as residências do ditador - entre elas o paço de Meirás-, que contavam também com cargos em Patrimonio Nacional. Estas duas pessoas permaneceriam nos seus postos em Patrimonio e passariam também a desempenhar o seu labor na Casa Real. "Eram a gente que estivo durante toda a ditadura a gerir o Paço de Meirás para Franco. Pensar que agora iam mudar as cousas era impossível, pois estas duas pessoas continuavam a ter o mesmo poder. E é um exemplo de como em muitos ámbitos persistírom umha série de estruturas de poder que nom rachárom nem com a morte de Franco nem com a Transiçom", salienta Pérez Lorenzo. Ademais, umha das primeiras açons levadas a cabo pelo rei Juan Carlos I foi dotar de

MEIRÁS / DOCUMENTANDO O ESPÓLIO

título nobre a relaçom da esposa de Franco, Carmen Polo, com o paço, criando o 'Senhorio de Meirás'.

Umha violência saqueadora

Antonio Miguez Macho é professor de História Contemporánea da USC. É um dos grandes conhecedores da ditadura franquista no nosso país, e um dos primeiros intelectuais que, no nosso contorno, delimitou teoricamente o termo 'genocídio' para descrever o que aconteceu na nossa Terra a partir de 1936. Para Miguez, Meirás é "a ponta do iceberg, o exemplo mais visível, mas nom necessariamente o mais importante" de umha prática de predaçom e saque associada à violência de Franco. Umha violência que é, para o investigador, "fundadora e continuamente recriada".

O paço seria um sinal de que a violência do regime de Franco nom é apenas física, homicida, mas "passa por uma enorme transferência de poder económico". O franquismo, além de destruir os seus inimigos, "apropria-se dos seus bens e depreda tudo o que é património da sociedade". Para atingir esses objetivos, as estratégias som várias: "doaçons e assinaturas populares, coerçom e engano". Para estabelecer o regime, diz Miguez, a narrativa franquista precisava "tornar o negacionismo hegemónico na sociedade espanhola. Nega que chegara ao poder por meio dum golpe de Estado, nega que utilizasse a violência para exterminar os que considera os seus inimigos e, obviamente nega que saqueasse, depredasse sistematicamente".

Família Franco e família real espanhola às portas do Paço de Meirás em 1971.

Impunidade legal

A pervivência do contencioso de Meirás tantas décadas após o fim do Regime ilustra em certa medida a lógica do esquecimento que dominou a chamada 'Transiçom'. "Meirás amossa que a ideia de impunidade que dá molde ao modelo de justiça transicional espanhol é inseparável da negaçom das consequências jurídicas e da responsabilidade individual do passado e da violência massiva". O facto de Meirás ter estado nas maos dos Francos e agora passar para as maos do Estado nom significa, para o historiador, "a sobrevivência dessa impunidade. Na realidade, nom há puniçom para quem cometeu crimes, roubou bens ou ajudou outros a fazê-lo".

> A recente decisom judicial pode ser entendida como um duplo triunfo: "polos movimentos sociais e políticos que travárom a luita, e também polos historiadores e peritos que nos aconselhárom no processo", acha o historiador Míguez Macho

Na conformaçom de umha nova narrativa contra-hegemónica, a historiografia e a sociedade organizada tenhem jogado o seu papel. "O interesse da historiografia no caso de Meirás é desigual, mas crescente. Isto deve-se a ser expressom dum fenómeno transversal, semelhante ao caso das estátuas do Pórtico, que como sabemos, se resolveu, quanto menos em primeira instância, num sentido distinto". Qual seria o papel do historiador nesse debate: "acho que devemos oferecer à sociedade umha narrativa que ajude a entender a complexidade do passado da violência massiva. Nom sendo apenas cronistas do que já aconteceu.

A recente decisom judicial pode ser entendida como um duplo triunfo: "polos movimentos sociais e políticos que travárom a luta, e também polos historiadores e peritos que nos aconselhárom no processo". Mas Miguez alerta que a análise nunca deve ser isolada: "O problema de Meirás nom é apenas um excesso ou um calote de Franco, do regime e dos seus sucessores. É umha consequência de um modelo de impunidade jurídica consubstancial ao regime transitório que estamos longe de ter mudado e sem perspetiva de vir a ser mudado brevemente".

Um debate europeu

O professor Núñez Seixas estivo a investigar os lugares de memória ligados à biografia de ditadores na Europa, como podem ser as suas casas natais ou os seus túmulos. Em relaçom à ditadura de Franco sublinha o facto de existirem duas peculiaridades. Umha delas é a já referida ndefiniçom entre o que é propriedade do Estado e o que é propriedade privada do ditador -do que Meirás é um exemplo-, e por outro o facto de a memória de Franco ser também a memória da guerra civil e da repressom.

"Praticamente em toda a Europa, tanto no caso das ditaduras fascistas como no caso das ditaduras comunistas, sempre houve problemas sobre o que fazer para administrar esses espaços", admite Núñez Seixas. Assim, chama a atençom para o facto de que "os lugares que evocam a infância, o cotidino, ou a morte de um ditador som lugares em que o ditador aparece humanizado. Implicitamente, qualquer narrativa feita num museu por qualquer crítico pode cair no perigo de adoçar a memória daqueles ditadores". No entanto, Núñez Seixas também se pergunta, "mas será que podemos apagar repentinamente 80 anos de história, quando Meirás para as geraçons mais recentes está obviamente ligado à família Franco?". Desta forma, deverá ser aberto um debate na sociedade sobre os usos que o Estado terá de dar ao Paço de Meirás, sede de verao do aparelho estatal franquista.

Um debate que se pode considerar presente, já que é a Fundaçom Francisco Franco que gere as visitas ao BIC de Torres de Meirás, o que foi um catalisador do atual consenso nas forças políticas parlamentares pola recuperaçom de Meirás para o património público. Ainda pendente de uma sentença firme, os primeiros passos para a recuperaçom dos saqueados pola família Franco já fôrom dados.

os pés na terra

Drenagem ácida de umha mina.

Ouro branco no país da burla negra

REDE CONTRAMINAÇÃO

Logo do ouro de Corcoesto, o cobre de Touro, a caliça de Cova Eirós, o seixo do Pico Sacro e da Terra Chá e o volfrâmio de Sanfins e Barilongo chegou a febre do lítio que nos últimos anos tem colocado em pé as terras irmãs d'Além-Minho.

O lítio que a UE ditaminou este ano ser uma matéria-prima crítica, justificando imensas transferências de fundos europeus para o desenvolvimento de projetos de mineração como os da Serra d'Arga, a Serra da Estrela, as Terras do Barroso Barroso ou a Serra da Mosca em Cáceres.

O mesmo lítio que consumimos compulsivamente em aparelhos eletrónicos que minam as nossas vidas e que mesmo está chamado –dizem– a salvar do caos climático um mundo que irá de passeio em carro Tesla.

Esse metal que, mesmo sendo plenamente reciclável, finaliza a sua vida nos aterros do mundo: na Europa, mais de 95% acaba submergido nos mares de resíduos industriais. Para 2030, estaremos jogando fora em aterros mais de 2 milhões de toneladas por ano. Triste tragédia –acabar novamente soterrado sob a terra, ou o lixo– para um metal cuja extração das entranhas do nosso planeta causa tanta destruição.

> O primeiro projeto de lítio em curso pretende abrir uma funda fenda –de 300 metros de profundidade e quase 30 km de longitude– ao pé das serras do Cando e do Suído, nas cabeceiras do Lérez e Doade

A Galiza não é alheia a esta tragédia, na qual somos simultaneamente réus e verdugos. O primeiro projeto de lítio em curso pretende abrir uma funda fenda –de 300 metros de profundidade e quase 30 km de longitude, para sermos precisas– ao pé das serras do Cando e do Suído, nas cabeceiras do Lérez e Doade.

Presqueiras, Correia, Doade, Azevedo, Rubilhom, Taboaças... são os nomes das comunidades na fenda. E também o nome das fases nas que a empresa promotora, pouco a pouco,

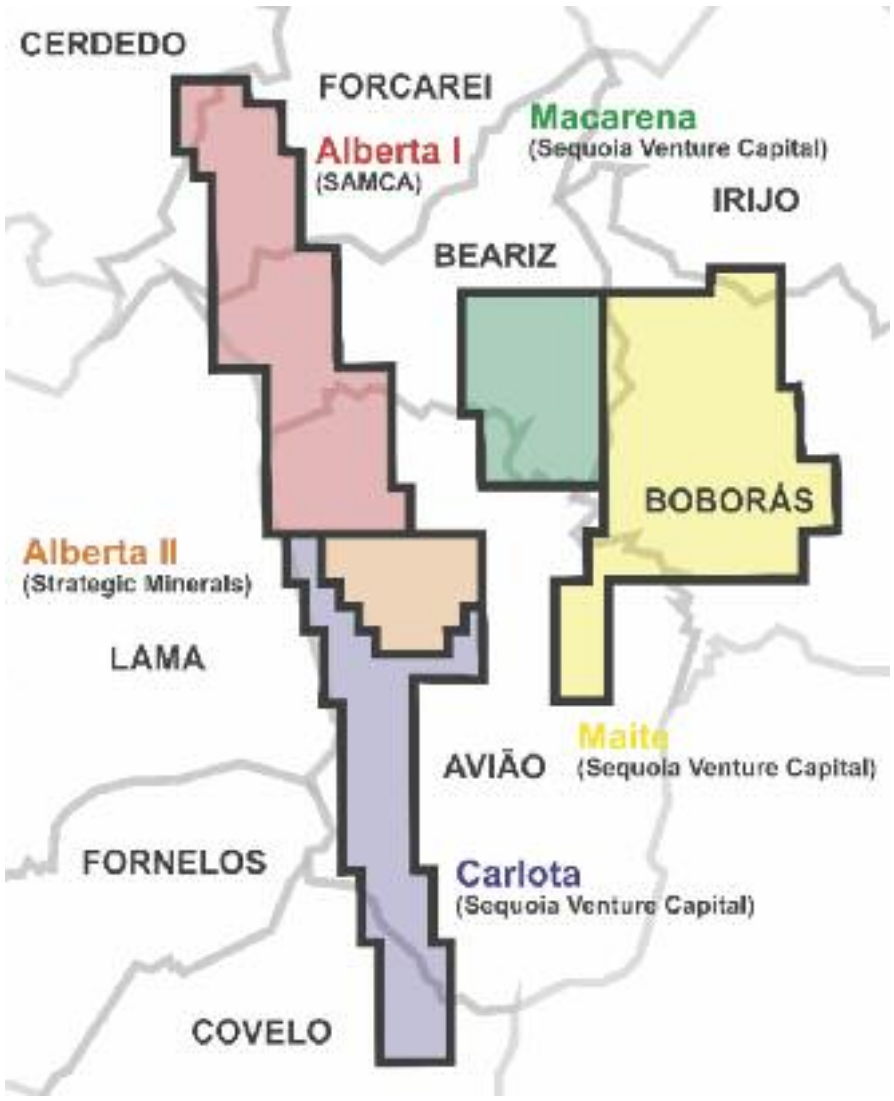
pretende esfolar e abrir vales e montanhas, deitando fóra águas ácidas de mina carregadas com metais pesados –para as que não se prevê nenhum tratamento– e minérios radioativos.

Conhecedoras das consequências, empresa e administração consensuaram furtar o projeto do conhecimento público. Sob pretextos absurdos, pretenderam outorgar as licenças prescindindo do trâmite de avaliação de impacto ambiental. Com isto, não só se pretendia ocultar a desfeita mas omitir um seguimento ambiental futuro que a poria em evidência.

A manobra fracassou perante uma vizinhança atenta e combativa, mas ilustra uma pauta continuada e sistemática por parte da Administração de minas da Junta na procura de evitar a participação social e o controlo ambiental.

Reproduz-se assim uma estratégia que já fora utilizada em projetos como os de Sanfins, em Lousame, Barilongo, em Santa Comba, ou Cova Eirós, em Triacastela, em que as consequências desta omissão se sentem em rios e rias contaminados por metais pesados e património cultural único destruído para sempre.

Conhecedoras das consequências, empresa e administração consensuaram furtar o projeto do conhecimento público. Sob pretextos absurdos, pretenderam outorgar as licenças prescindindo do trâmite de avaliação de impacto ambiental. Com isto, não só se pretendia ocultar a desfeita mas, principalmente, omitir um seguimento ambiental futuro que a poria em evidência



Se naqueles projetos os empresários 'amigos' procediam de uma tentativa de reconversão mineira após o fim da bolha imobiliária, a promotora da mina de lítio não é outra que uma filial de SAMCA, 'Sociedad Minera Catalano Aragonesa', um holding em processo de reconversão desde a minaria do carvão para a do lítio e outros denominados minérios 'críticos'.

SAMCA é tristemente famosa polo seu vínculo com central térmica de Andorra, em Teruel, uma das mais poluintes da Europa até que fechou em fevereiro deste ano e responsável pola chuva ácida que arrasou 200.000 hectares de bosques da comarca de El Maestrat nos anos oitenta. Hoje a desfeita de El Mastrat poderia começar de novo nas fragas de Porto Espinho e Girarga e poluir com drenagens ácidas todo o vale do rio Doade.

Não seria a primeira vez que se tenta tal desfeita. Entre 2013-2014 tentou-no a anterior titular dos 'direitos mineiros', esses que permitem a expropriação forçosa aplicando a Lei de Minas de 1973 e a Lei de Expropriação de 1954, ambas franquistas e vigorantes. Direitos aos que as mineiras colocam nomes de santos ou de mulheres, no caso deste último género: Alberta (I e II), Maite, Carlota e Macarena. Engenharia social.

Solid Mines España, filial da 'junior' canadense Solid Resources, iniciou em 2013 o mesmo trâmite que agora tenta SAMCA às agochadas, mas abandonou antes de que fosse determinada a necessidade de submeter o projeto a avaliação de impacto ambiental. A tempo para vender –como fazem as 'juniors' quando conseguem convencer alguém de que deram com um bom negócio– e desaparecer. Já na altura o projeto causara revolta nos vales de Doade e Presqueiras. Ninguém esqueceu.

No entanto, a 'Alberta I' contra a qual se levantou novamente a revolta, era apenas um dos direitos com os que Solid Mines e as suas empresas afins pretendiam levar o lítio, tantálio e outros minerais "críticos" que agocham estas terras. Salamanca Ingenieros S.L. adotou o nome de guerra especulativo Sequoia Venture Capital, pronta a vender ao melhor postor a 'Maite' (que ocupa as paróquias de Avião, Moreiras, Feás, Córcores e Cardelhe, no mesmo vale do rio Doade), 'Macarena' (nas de Bearíz e Baíste) e 'Carlota' (nas de Couso, Avelenda, Amiudal, A Granha, Nieva e Prado).

Com a 'Alberta II' ficou Strategic Minerals Spain, a mesma empresa que se fez com a mina e nióbio, tantâlio e estanho da Penouta em Viana do Bolo, parte do antigo império do magnate espanhol Ruiz Mateos expropriado por Felipe González em 1985. Ninguém lembrou o desastre ambiental que deixou detrás a mina e nem o Estado nem a Junta deram conta da restauração. A 'Alberta II' promete um legado similar ao sul da sua irmã do norte, ameaçando com fazer avançar a fenda de Rubilhom e Toboaças para a paróquia de Couso.

'Alberta II' será o próximo projeto a tentar desenvolver-se e, cientes da forte oposição local a um projeto de mineração destrutiva e contaminante, Strategic Minerals adiantou-se a SAMCA unindo-se à 'Tarantula', um projeto financiado com 7 milhões de euros da União Europeia que tem entre os seus objetivos avançar na chamada "licença social para operar" (SLO). SLO é o novo eufemismo para as táticas de engenharia social, violência, subornos e *greenwashing* com os que as mineiras pretendem desarmar a oposição social.

A crescente pressão da UE para aumentar a especulação por volta das matérias-primas críticas abriu já um novo campo de batalha para a defesa da terra e da dignidade das comunidades rurais, onde podemos e devemos aprender dos erros e acertos de lutas como as de Touro ou Corcoesto para garantir que o lema aniquilador *Galicia es una mina* nunca chegue a ser realidade.

Rede ContraMINAção som um conjunto de coletivos sociais posicionados contra a mineraçom destrutiva na Galiza.

Continuam os protestos do povo mapuche contra o Estado chileno

juan redondo

No mês de outubro do ano passado começou a revolta do povo chileno contra o Estado e o neoliberalismo. Os meios logo se figérom eco destes protestos devido ao alto grau de repressom: polícias e militares nas ruas torturando e assassinando pessoas com total impunidade, ademais do encarceramento de pessoas sem juízo prévio através da criminalizaçom do protesto e de montagens mediáticas e policiais.

Menos conhecido é o facto do povo mapuche levar a sofrer este tipo de repressom 500 anos, primeiro de maos dos espanhóis e depois dos próprios chilenos -e argentinos-. Este povo originário tem umha gram consciência meio-ambiental que fai que a luita pola defensa da terra e a sua autonomia choquem irremediavelmente com a mentalidade capitalista e, por extensom, com o neoliberalismo tam característico do Estado chileno. É assim que, a pesar de ser o povo originário mais massivo em Chile (um 4% da povoaçom total), segue a sofrer a repressom do Estado por meio de incursons armadas no seu território e montagens para etiquetar-lhes de terroristas, desembocando estes atos em pessoas executadas (os casos de Camilo Catrillanca ou Macarena Valdés som alguns dos mais conhecidos) ou encarceradas com umha cheia de irregularidades.

Isto último foi o que provocou umha série de protestas mapuches há poucos meses, tanto fora como dentro dos cárceres, tendo o seu ponto de partida no 4 de maio, quando o preso Celestino Córdova, autoridade espiritual dumha comuna mapuche, iniciou umha greve de fame reivindicando cumprir parte da sua pena na sua casa. À greve somárom-se outros 26 presos políticos mapuches. Dizemos presos políticos porque, ainda que as causas polas que estám detidos variam entre posse ilegal de armas, homicídio frustrado a *carabineros*, terrorismo ou roubo com violência, entre outras, a maioria destes presos levam sendo vítimas da repressom do Estado chileno cara ao seu povo toda a sua vida. Alguns fôrom vítimas de montagens policiais para criminalizar o estilo de vida mapuche, como foi o caso da *Operación Huracán*, que instrumentalizárom para deter vários comuneiros mapuche, entre eles várias das pessoas presas atualmente, e que mais tarde fôrom

> Este povo tem umha consciência meio-ambiental que fai que a luita pola defensa da terra e a sua autonomia choquem com a mentalidade capitalista

a terra treme

absolvidas ao mostrarem-se todas a irregularidades e provar que o caso nom tinha jeito nengum. Outras fôrom víctimas dumha brutalidade policial mais visceral, sendo algumhas vitimas de perdigons aos doze anos, como Juam Queipul Milhanao, disparos nas pernas e nas maos aos dez anos como Antu lhanca Quidel, ou sendo sequestrados e espancados polo corpo oficial da polícia chilena, ainda sendo menores de idade. Som estes vários casos dos distintos presos atuais. Ainda que o governo afirmar estarem presos por delitos comuns, vendo os antecedentes do Estado chileno e as irregularidades atuais com os casos individuais dos presos políticos mapuche (na prisom de Angol a maioria levam meses em preventiva ao aplicar-lhes a Lei Antiterrorista) é claro que existe umha intencionalidade política e umha perseguiçom deliberada a determinados indivíduos apenas por serem mapuche.

Mapuches presos em greve de fome. Acima e de esquerda a direita: Queipul, Llanquileo, Nahuelpi, Llanca, Calbucoy, Marileo, Levinao e Penchulef.

O que se busca com a greve de fame coletiva (nas prisons de Angol, Temuco e Lebu) é o cumprimento do convénio 169 da Organizaçom Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, assinado polo governo chileno em 2008 depois de muitos anos de luita política, mas que nunca foi aplicado na sua totalidade. Dito convénio é a única ferramenta a nível internacional juridicamente vinculante que trata de proteger os direitos dos povos indígenas do colonialismo e racismo institucional tam presente na atualidade. Entre os seus artigos destacam o reconhecimento dos povos, os seus direitos sobre a terra, território, recursos naturais, defensa do meio-ambiente e até o direito de assumirem o controle das suas próprias instituiçons e desenvolvimento económico dentro dos marcos dos Estados em que residem. Os presos reivindicam concretamente o cumprimento dos artigos 8, 9 e 10, que ditam que quando se imponham sançons penais a membros de povos indígenas deverám ter-se em conta as suas características sociais, económicas e culturais e deverá dar-se preferência a tipos de sançons distintas ao encarceramento (como poderia ser o caso de traslados a um Centro de Estudos e Trabalho). O governo chileno segue a ignorar esses direitos internacionais escusando-se em conflitos burocráticos com normativas internas enquanto permite a polícias, como o assassino de Camilo Catrilhanca, cumprirem arresto domiciliário.

Celestino Córdova, autoridade espiritual dumha comuna mapuche, iniciou umha greve de fame reivindicando cumprir parte da sua pena na sua casa. À greve somárom-se outros 26 presos políticos mapuches

O que se busca com a greve de fame coletiva é o cumprimento do convénio 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, assinado polo governo chileno em 2008

Celestino Córdova, por outro lado, sim conseguiu um acordo e poderá voltar ao seu *rewe* (altar mapuche sagrado) durante 30 horas, depois das quais poderá ser trasladado a um CET. Os da prisom de Angol, no 3 de setembro, abandonárom depois de 123 dias de greve de fame e 10 dias de greve seca devido ao seu grave estado de saúde. Isto aconteceu sem chegar a nengum acordo com o governo de Piñera.

O mesmo passou no 9 de setembro com os 12 presos políticos da prisom de Lebu e outros 3 da de Temuco, também por motivos de saúde e sem chegar a acordo, ademais de terem sido vítimas de malheiras no 31 de agosto estando na greve de fame e ser trasladados ilegalmente à regiom do Biobío sem notificar aos seus advogados.

Pola sua parte, os presos rejeitam os chamados "diálogos interculturais" do governo, assinalando que se trata dumha imposiçom e que nom existem condiçons reais para falar em diálogo. Recentemente formou-se o chamado Comité Walhmapu com o objetivo de estabelecer um dialogo entre o Estado chileno e o povo mapuche, mais a sua primeira reuniom com o governo no 9 de setembro foi recebida com protestos dos mapuches. Estes criticavam que a autoridade das pessoas que convocavam dita reuniom era questionada e nom reconhecida polo resto dos territórios, esclarecendo que o que o governo queria passar por um *futa trawüm* (grande encontro) nom era mais do que um lavado de cara onde este escolheu a dedo a indivíduos mapuche para "dialogar", enquanto que para um *trawüm* som necessários todos e todas as representantes mapuches (dúzias de pessoas de todos os territórios).

Pese a todo, os vozeiros mapuche afirmam que nom há derrota e que estes três meses de mobilizaçom fôrom um grande avanço para o seu povo. Esta afirmaçom pode dever-se a todas a mobilizaçons que houvo durante as greves de fame, tanto à entrada dos cárceres como nas distintas comunas de centenas de pessoas (nom exclusivamente mapuches), com o que se conseguiu visibilizar e pôr sobre a mesa o abuso do Estado.

Ainda que no momento em que este artículo é redigido nom há greves de fame nas prisons chilenas polos motivos previamente explicados, é de esperar que volte haver, assim como protestos fora dos cárceres caso do Estado seguir sem oferecer soluçons reais ao conflito.

em movimento

arancha nogueira

Ninguém sem Cuidados (NsC) é umha iniciativa de apoio mútuo surgida na cidade de Compostela ao longo dos passados meses. Porém, ademais de configurar-se como um grupo que dá suporte concreto perante esta situaçom de exceçom, NsC tem o firme propósito de ir além da casuística e colocar os cuidados no centro. Falamos com es sues ativistes.

coletivo
Ninguém sem Cuidados

“Queremos gerar propostas comunitárias de cuidados e materializar ‘a vida no centro’”

Que é Ninguém sem Cuidados? Como nasce este coletivo?

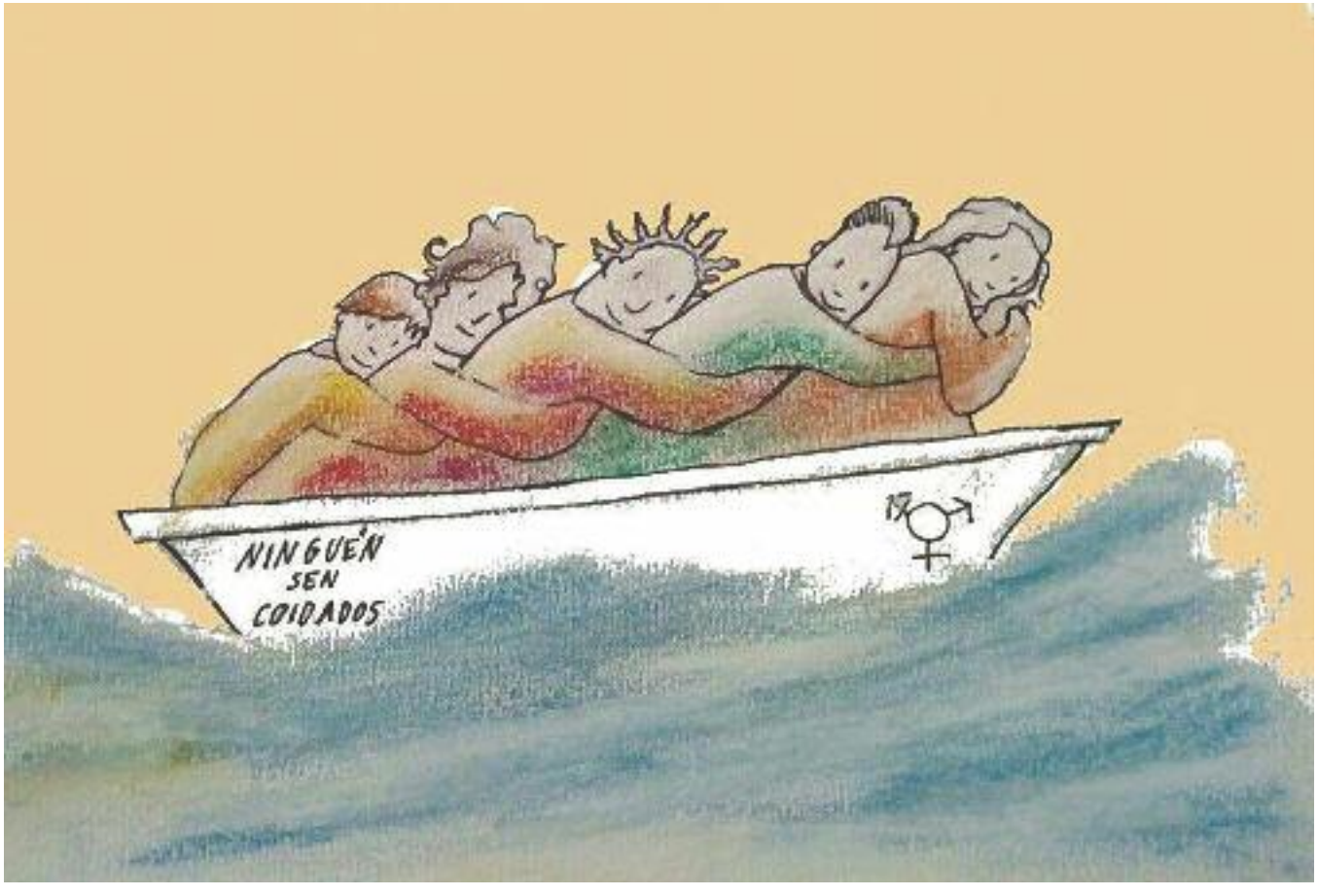
Ninguém sem cuidados é umha iniciativa que surgiu de pessoas organizadas nos transfeminismos autónomos de Compostela. Levamos um tempo longo juntes reflexionando visibilizando e artelhando propostas à volta do tema dos cuidados, entendendo-os como todas as tarefas dirigidas à satisfaçom de necessidades materiais, afetivas, relacionais e comunitárias. Trabalhos que historicamente recaírom em pessoas lidas como mulheres, que som desvalorizados social e economicamente, conformam, contodo, o suporte da vida e da sociedade, como pudemos ver nestes momentos de excecionalidade. Ao dar-se esta situaçom, decidimos ativarmo-nos ainda mais para acompanhar-nos, apoiar as necessidades de outres e tecer comunidade.

Há algum perfil de pessoa que se achegue mais a este coletivo ou é um grupo heterogéneo?

Esta pergunta requer um matiz. Ninguém sem Cuidados, diferente de outros grupos de apoio mútuo que surgírom durante a declaraçom do estado de alarme, nasce com a vontade de trabalhar na interdependência e de rachar com umha relaçom de poder entre quem cuida e quem recebe cuidados. Foi importante para nós chegarmos à conclusom de que nom queríamos adotar umha prática assistencial, mas tecer laços comunitários desde a proximidade e partindo do conhecimento da vizinhança e dos recursos que temos no grupo. Também foi importante para nós assumir que a gente

“NsC nasce com a vontade de trabalhar na interdependência e de rachar com umha relaçom de poder entre quem cuida e quem recebe cuidados”

"É necessário denunciar que a maior parte dos programas dirigidos a atender demandas de cuidados geram lucro a multinacionais como Clece, Eulen e Ferrovial, entre outras. Também chama a atençom que com a pandemia se reivindicasse a importância da saúde e da educaçom como serviços públicos, mas que se falasse pouco dos serviços sociais"



que integra o grupo precisávamos e seguimos a necessitar cuidados, porque é algo que nos atravessa a todos os seres humanos.

De modo que nos organizamos para tratar de atender as demandas de cuidado da pessoas do grupo, que é menos diverso do que gostaríamos (e isso é algo em que queremos seguir trabalhando), mas também buscamos dar respostas às necessidades que nos vam chegando, como o acompanhamento e denúncia da desatençom em Serviços Sociais, a rede de distribuiçom de alimentos para famílias vulneráveis que organizamos durante umhas semanas no confinamento ou a criaçom dum grupo de *WhatsApp* para partilhar ofertas e apoiarmo-nos no arranjo de emprego.

Achades que após o impacto da covid19 afiançará-se a importância dos cuidados na comunidade ou que, pola contra, a sociedade virará as costas aes mais vulneráveis e tornará-se mais individualista?

A pandemia deixa ao descoberto algo de que alguns feminismos levamos tempo falando e que é a necessidade de situar a vida no centro e a importância dos cuidados. Também demonstra a precariedade na qual estamos a viver muites de nós. É necessário denunciar que a maior parte dos programas dirigidos a atender demandas de cuidados geram lucro a multinacionais como Clece, Eulen e Ferrovial, entre outras. Também chama a atençom que com a pandemia se reivindicasse a importância da saúde e da educaçom como serviços públicos, mas que se falasse pouco dos serviços sociais. Acreditamos que é importante que o vivido no período de pandemia nos leve a reivindicar a importância de políticas de cuidados bem estruturadas e dotadas de serviços públicos verdadeiramente universais, de qualidade e adaptados às necessidades das pessoas, que tenham em conta as especificidades de diferentes coletivos. Também que se faga caso das demandas dos coletivos mais atravessados pola crise como a de regularizaçom urgente de todas as pessoas migrantes em situaçom irregular ou conseguir para as trabalhadoras do lar e dos cuidados plenos direitos laborais. Também gerar propostas comunitárias de cuidados é um desafio que desde os (trans)feminismos precisamos assumir já: passar do discurso à incidência e à criaçom de propostas que materializem o suposto de "a vida no centro" a alternativas concretas.

"Ninguém perde com a libertaçom e com o empoderamento de ninguém, e nom queremos privilégios, mas direitos. Para todes"

.

Nom fai falta mais que dar umha vista de olhos às vossas redes para ver que estades mui comprometides com o resto de ativismos de base da cidade (de bairro, antirracistas, etc.). Como entendedes a relaçom entre luitas?

A questom da intersecionalidade, da relaçom de interdependência entre luitas (como a antirracista e migrante, transfeminista, polos direitos das trabalhadoras domésticas, polo direito à habitaçom, etc.) é fundamental como compasso no nosso ativismo. Ficaria mui bem dizer só que a interseccionalidade é o nosso compasso, mas a verdade é que presumir de interseccionalidade sem confessar que falhamos diariamente, e que a cada dia excluímos luitas porque nem sequer somos capazes de enxergá-las, seria desonesto. Mesmo fracassando, sabemos que esse é o caminho. Sabemos que em todas as luitas cada umhe ocupa um rol simbólico e, portanto, tem responsabilidade. Sabemos também que ninguém perde com a libertaçom e com o empoderamento de ninguém, e nom queremos privilégios, mas direitos. Para todes. E queremos umha "pele" coletiva que nos importe tanto como a nossa individual.

Como vedes o futuro de NsC a meio prazo? Algumha atividade que poidades adiantar?

Para já, o plano é reativar-nos em setembro. A meio prazo queremos achegar-nos e fortalecer laços com outros coletivos de Compostela seguindo essa lógica da interseccionalidade. Pensamos que umha cidade onde os diferentes coletivos estám em contacto e se apoiam é umha cidade em que a sensaçom de comunidade é mais forte e as luitas menos individualizadas.

Pensamos fazer umha comida partilhada cada mês, para fortalecer os laços no grupo e receber novas pessoas que queiram integrá-lo. Cozinhar e comer também podem ser atividades políticas.

ENSINO /

O caos no início de curso descobre a primeira crise do novo governo

maria álvares rei
mariaalvaresrei@novas.gal

O protocolo desenhado para dar começo as aulas e as posteriores retificaçons no contexto da atual crise sociosanitária tem em pé de guerra o professorado e as Ampas de todo o país. Segundo os principais sindicatos do ensino, este processo serviu também para demonstrar qual era a situaçom prévia à crise no ensino público: a existência de salas de aulas sobressaturadas nas cidades e o escasso investimento em contrataçom de professorado, assim como em digitalizaçom do alunado do rural.

"O protocolo que apresentou a Junta em julho e com o que entrárom às salas de aulas infantil e primário nom há por onde colhê-lo, de qualquer perspetiva, nem da sanitária nem da educativa". Assim qualificava o documento desenhado pela Conselharia de Educaçom, Suso Bermelho, secretário geral da CIG-Ensino. Este documento reduzia no início a um metro a distância de segurança entre o alunado (o Ministério de Educaçom recomendava 1,5 metros) em todas as etapas educativas e praticamente nom incluía no primeiro rascunho novas incorporaçons de professorado: as primeiras 240 incorporaçons anunciadas eram em realidade interinidades que houvo de diferença entre a adjudicaçom provisória de destinos entre julho e a definitiva de agosto, e "para que nom saia à luz a existência de 144 salas de aulas detetadas em todo o país com mais de 25 alunos" afirma Bermelho.

A falta de previssom e o escasso investimento em contrataçom de professorado para fazer frente ao início de curso provocou a reaçom em cadeia dos sindicatos do ensino CIG, CCOO, CSIF e STEG e famílias agrupadas nas Ampas, mas também serviu para diagnosticar, coincidem as organizaçons sindicais, "o estado de abandono do ensino público por parte da Junta".

Diversas mobilizaçons em Sam Caetano e a negativa das direçons de liceus de secundário a abrirem os centros se a Junta nom revisava o decreto desencadeárom a primeira crise de governo no executivo galego e obrigárom Feijóo a mover primeira ficha no relevo do cargo na Conselharia de Educaçom, Carmen Pomar, era substituída em começos de setembro por Román Rodriguez (pessoa esco-

O passado dia 16 de setembro houvo mobilizaçons em todas as cidades e muitas vilas do país. Na imagem, na Praça Maior de Ourense. cig

Com a pressom do professorado e as famílias a Junta via-se obrigada a demorar o início de curso

Cronologia do conflito

22 de junho: O governo espanhol chega a um acordo com 15 comunidades autónomas, entre elas a galega (representada pola Conselharia de Saúde e Educaçom) para aplicar o protocolo no início de curso no contexto covid19 nos centros de ensino nom universitário. O protocolo recolhe a distância de 1,5 metros em todos os centros educativos e baixar os máximos de número de alunado em todas as etapas educativas a 15 por sala de aula, podendo chegar a um máximo de 20.

16 de julho: 48 horas após a vitória eleitoral do PP sae à luz um novo protocolo assinado pola Conselharia de Educaçom para o início das aulas na Galiza que reduz a 1 metro a distância entre cabeças como medida de proteçom frente ao contagio e a criaçom de aulas borbulhas (espaços alternativos em caso de saturaçom de aulas).

22 e 28 de julho: Os sindicatos concentram-se em Sam Caetano para protestar contra as novas medidas apresentadas pola Conselharia de Educaçom.

27 de agosto: Nova reuniom do Conselho Interterritorial para dar início às aulas com as medidas propostas polo governo espanhol, que contemplam a distância de 1,5 metro, o uso de máscara, aulas presenciais e aumento de orçamento para novas contrataçons e reduçom de número de alunado.

A Conselharia de Educaçom aprova o documento de 16 de julho, mantendo o metro de distância e a criaçom de aulas borbulha

Por enquanto continua o desacordo e sem começarem as aulas no secundário, os contágios multiplicam-se na primeira semana de curso que já obrigou à Conselharia a fechar dous centros e 27 salas de aulas de todo o país

lhida por Feijóo para a posta em andamento do seu projeto estrela, o Jacobeu 2021). Ao mesmo tempo que o conselheiro de saúde, Jesús Vazquez Almuinha, também deixava o cargo para ser ocupado por Julio Garcia Comesanha.

O novo conselheiro de educaçom tratava de reduzir o impacto da greve com uns serviços mínimos denunciados pelos sindicatos e que o TSXG dava por bons.

Com a pressom do professorado e as famílias a Junta via-se obrigada a demorar o início de curso umha semana e propor novas medidas enquanto que os centros de infantil e primária começavam as aulas com o metro de distância que a Junta marcava em julho. O anúncio da contrataçom de 847 novos docentes vinha acompanhado de mais medidas como os desdobros de aulas, a instalaçom de anteparos para garantir a distância de segurança fixada e a tele-docência rotatória –que nom afetaria à ESO–.

A semi-presencialidade que propom a Junta afunda na fenda digital que existe entre as famílias sem computadores ou a má conexom existente no rural, já que mais de 20.000 moradas galegas com estudantes nom disponhem de computadores e um total de 2.963 nom tenhem conexom a internet. Ademais, segundo denunciam as equipas diretivas de diversos centros educativos a possibilidade da semi-presencialidade trae dúvidas sobre como se vai fazer o aproveitamento curricular do alunado e aumentaria a carga letiva do professorado como já aconteceu durante o confinamento. Para os sindicatos essa opçom seria o último recurso e estaria reservada aos centros em que nom há possibilidade de desdobros.

Mais mobilizaçons

Os sindicatos anunciárom que continuarám as mobilizaçons para denunciarem o que qualificam como imobilismo da Junta no caso de infantil, primário e educaçom especial que seguem com máximos de 25 alunos por sala de aulas e com o metro de distância, mas também por desouvir as demandas de professorado de centros de FP e de alguns IES na reclamaçom de mais postos de professorado.

Por enquanto continua o desacordo e sem começarem as aulas no secundário, os contágios multiplicam-se na primeira semana de curso que já obrigou à Conselharia a fechar dous centros e 27 salas de aulas de todo o país. Os novos contágios revelárom segundo os sindicatos a falta dum critério único para todos os centros ou a consideraçom de contatos estreitos.

para os centros de cidades que cheguem a um número de alunado superior a 25 por sala de aulas.

28 de agosto: CIG, CCOO, STEG e CSIF registam convocatória de greve para os dias 10 e 16 de setembro, dias de início das aulas em infantil e primário e mais no secundário respetivamente.

31 de agosto: O secretário geral técnico da Conselheria de Educaçom, Jesus Oitaven, tenta parar a greve com a revisom do protocolo de 16 de julho com novas medidas como os dedobros nas aulas de secundário, bacharelato e FP em que nom seja possível manter o 1,5 metros de distância. Inclui o uso da mascara a partir dos 3 anos mas mantém a distância de um metro em infantil e primário.

2 de setembro: Um estudo elaborado pola CIG revela que só um 24% dos centros contam com espaço suficiente nas aulas, a maioria som centros do âmbito rural e o 76 % restantes vem-se na obriga de fazer desdobres para cumprir o protocolo.

6 de setembro: Feijóo releva no cargo a conselheira de educaçom por Román Rodriguez. O novo conselheiro tenta parar a greve com umha proposta de serviços mínimos que segundo denunciárom todos os sindicatos ao TSXG violava o direito a mesma.

11 de setembro: A Junta anuncia o adiamento para o dia 23 de setembro do curso escolar por problemas organizativos.

14 de setembro: Desde o início de curso e no feche desta ediçom fechárom-se 27 salas de aulas e dous centros educativos com 96 positivos entre alunado e docentes.

16 de setembro: Román Rodriguez anuncia a contrataçom de 847 novos docentes, desdobros de aulas e anteparos de metacrilato para maior segurança nas aulas.

em movimento

cig

Escolas de artes e idiomas à margem do plano

Enquanto a Conselharia continua a trabalhar no início de curso em bacharelato e no secundário, as Escolas de Artes, de Idiomas ou Conservatórios ficam à margem do cumprimento da distância do metro e meio e nom som tratadas as suas especificidades nas diferentes instruçons do último protocolo.

Comedores escolares ou atençom à diversidade tampouco tenhem claro o seu funcionamento, que nom foi recolhido ainda no novo protocolo e já estam a causar problemas de gestom nos centros segundo queixas recolhidas por CIG-Ensino.

> Comedores escolares ou atençom à diversidade nom tenhem claro o seu funcionamento

Equipas covid

> As pessoas que pedírom ser consideradas de risco por questons de saúde ou gravidez continuam sem resposta administrativa

As denominadas equipas covid dos centros de ensino, criadas para trabalhar nas medidas de segurança e gerir o protocolo de atuaçom em caso de contágio asseguram trabalhar sem formaçom específica da conselharia. Denunciam que há muita confusom no protocolo na hora de gerir os casos positivos no centro, os contágios e as quarentenas. Asseguram também ter medo pola assunçom de responsabilidades fora do estritamente educativo para os membros da equipa e denunciam que a conselharia nom contemplou um incremento do pessoal de limpeza para levar a cabo a correta desinfeçom das salas de aulas.

Assim mesmo as pessoas que pedírom ser consideradas de risco por questons de saúde ou gravidez continuam sem resposta administrativa.

Percentagens e cifras no Estado

m. a. r.

A preparaçom do novo curso escolar colhia o governo de Feijóo imerso na campanha eleitoral, enquanto outras Comunidades Autónomas em finais de junho já ultimavam a contrataçom de professorado novo para fazer frente ao contexto educativo marcado pola covid19, que obrigava a reduzir o elevado número de alunado por sala de aula que existe no Estado espanhol.

A Conselharia de Educaçom com Román Rodriguez à frente anunciava com o curso já iniciado nas primeiras etapas educativas a contrataçom de 847 docentes, mas dando marcha atrás aos 240 anunciados em julho pola sua antecessora no cargo. Outras Comunidades como Navarra, em finais de junho, já contavam com incorporar 666 vagas de professorado para chegar a 109,5 professores por cada 1000 alunos. Aumentando em 10 os professores por cada 1000 alunos a respeito do curso anterior. Galiza começa o curso 2020-2021 com umha percentagem de 87 docentes por cada 1000 alunos. O aumento de professorado por cada 1000 alunos no atual curso é de 3 professores com o novo anúncio.

Galiza e a Comunidade Autónoma Basca, com um alunado similar (357.700 e 370.000 respetivamente) e com um número de contrataçons anunciadas também similares, apresentam números bem diferentes: A Comunidade Autónoma Basca tem 105,4 docentes para cada 1000 alunos.

Com a demora do início escolar dumha semana no ensino secundário, o novo conselheiro anunciou a aquisiçom de anteparos de metracrilato para as salas de aulas, consciente de que nom é possível em vários centros garantir a distância de segurança com os números de que se parte. Román Rodriguez anunciava também em meados de setembro a posta em marcha dum plano de contingência do vírus orientado à docência virtual e semipresencial.

o bom viver

ronseis / A herdança do TOP / **24**

país / Koldo Tellitu / **26**

Refugiar-se na linguagem

Xácia Ceive e Gael Papel apresentam o trabalho desenvolvido no Tranzine Sete Outeiros, cujo primeiro número fala de diversas fórmulas para o uso de umha linguagem nom-binária. “Estando linguisticamente dominadas polo castelhano, se nom fazemos um esforço intencional, vamos comprar todas as nossas opçons linguísticas neutrais de Madrid, em vez de interrogar a lógica própria do nossa idioma para neutralizar com modos próprios”, reflete Xácia, quem gere também um refúgio para pessoas trans e queer na Ribeira Sacra. página **28**

Tribunal de Ordem Pública espanhol (TOP).

‘ARELAS DE LIBERDADE’, DE FRANCISCO XABIER REDONDO ABAL /

‘Tribunal de Orden Público’ e herdança franquista na justiça espanhola

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

Em 2017 saiu do prelo da editorial Laiovento o trabalho de Francisco Xavier Redondo Abal ‘Arelas de Liberdade. Galegos perante o Tribunal de Orde Pública (TOPGAL, 1964-1976)’. Nele, o autor resgata os nomes das pessoas retaliadas pola sua atividade política no franquismo que passárom polos julgados do TOP e apresenta este tribunal como umha instituiçom que assentou as bases de umhas elites judiciais que permanecêrom ativas após a ditadura franquista.

Mais de 400 galegas fôrom detidas, interrogadas e posteriormente processadas polo Tribunal de Ordem Pública, ativo entre os anos 1964 e 1976. Lembrar estas pessoas que luitárom contra a ditadura é um dos motivos que levou a Francisco Xabier Redondo Abal, licenciado em história e trabalhador na biblioteca da USC, a escrever *Arelas de Liberdade*. Assim, umha das primeiras denúncias que Redondo Abal emite no seu trabalho é a falta de umha investigaçom histórica sobre as atividades do TOP. Fai citaçom do livro editado em 2001, ‘*El TOP, la represión de la libertad (1963-1977)*’ de Juan José del Águila, mas denuncia que este trabalho “passou desapercebido absolutamente: nem as instituiçons judiciais nem académicas, assim como tampouco os meios de comunicaçom quigérom saber nada daquele ensaio; nom houve quase apresentaçons públicas nem recensons ou críticas”. Este silêncio, Redondo Abal, imputa-lho especialmente ao processo denominado como ‘Transición’, “umha etapa onde o esquecimento do passado foi moeda comum: nom falar sobre determinados assuntos que poderiam incomodar as elites franquistas agora reconvertidas em fervorosos democratas”.

O autor começou a sua investigaçom contactando com a Fundaçom ‘Abogados de Atocha’ de Madrid, o que lhe permitiu recolher informaçom sobre as sentenças do tribunal franquista. No seu trabalho fai também um esforço porque as leitoras compreendam o contexto em que nasceu o TOP e a relevância deste. “Em 1959 deu início o chamado ‘Plan de Estabilización Económica’, um projeto auspiciado polos ministros tecnocratas do franquismo que pertenciam ao Opus Dei. Neste contexto, entram en jogo novas geraçons nom contaminadas polo horror, o medo e a miséria provocadas pola Guerra Civil”, expom Redondo Abal. A atividade de oposiçom política destas novas geraçons fai que a conflitualidade social se incremente sobretudo nos âmbitos laboral e estudantil. “Ao mesmo tempo, o franquismo entende que nom pode seguir fuzilando e encarcerando pessoas trás celebrar juízos militares sumaríssimos. Assim nasce o TOP, umha ‘justiça’ civil

que vem para substituir os antigos conselhos de guerra. A 'justiça' militar nom desaparecerá por completo, mas o seu espaço será ocupado por umha jurisdiçom especial civil que nom levantará o pé do acelerador repressivo. Ante o incremento da luita da oposiçom, o regime franquista apostou polos estados de exceçom (onze declarados em 39 anos), a tortura nas esquadras policiais e o TOP", acrescenta o autor. Precisamente, um dos episódios em que *Arelas de Liberdade* coloca o foco é na repressom exercida durante mobilizaçons operárias no Vigo de 1972, um momento caraterizado polas torturas em dependências policiais.

Continuidade nas elites judiciais

Segundo salienta este investigador, o facto de que o TOP fosse de jurisdiçom civil nom implicou umha diminuiçom das atividades repressivas: "O princípio da presunçom de inocência permaneceu sem dar sinais de vida: todos eram culpáveis enquanto nom demonstrassem o contrário e o tribunal sempre limitou o direito à defesa. Se entravas como acusado no TOP era normal sair de ali condenado".

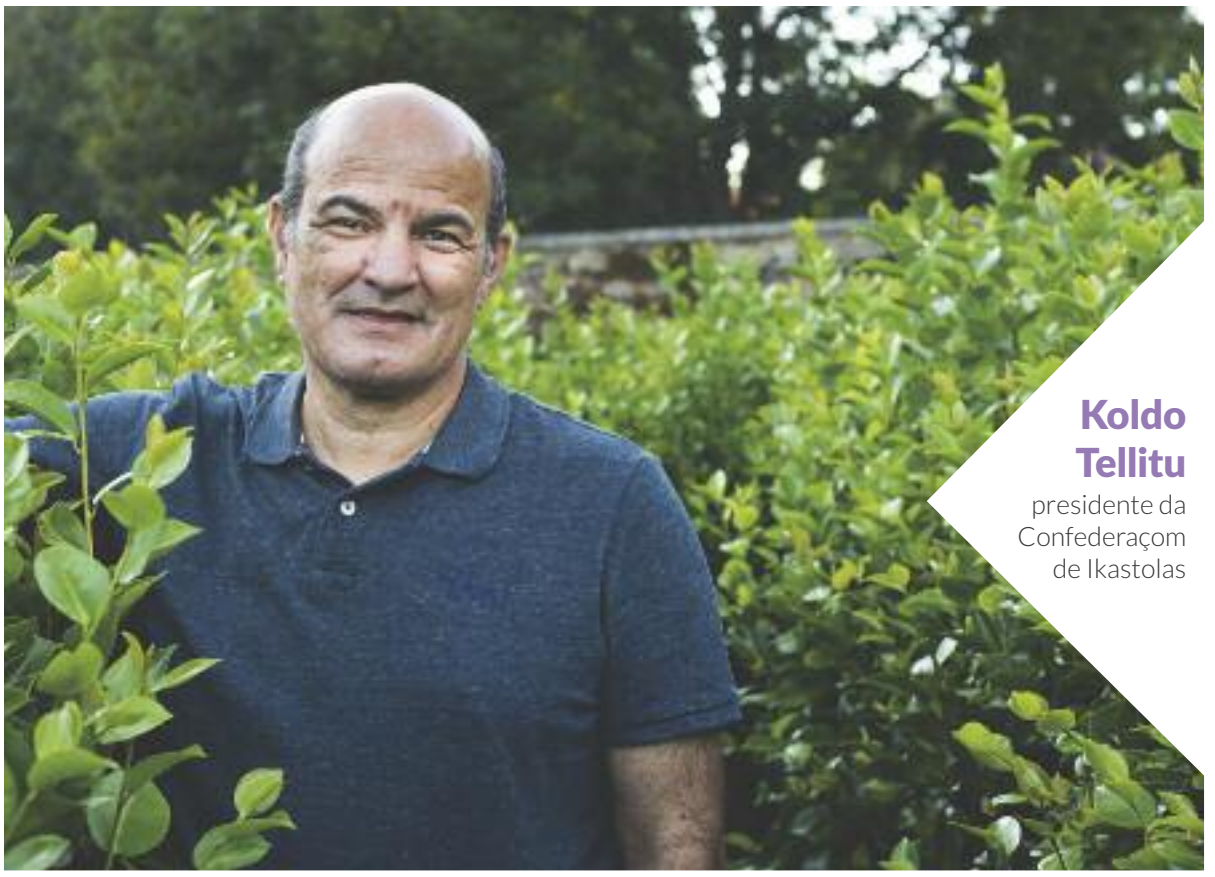
Neste livro, Redondo Abal deixa claro também como o TOP estabeleceu umhas elites judiciais que manteriam postos de relevância no sistema judicial espanhol. Assim, expom alguns exemplos: "O TOP continuou trabalhando trás o ano 1977 com outra denominaçom mas com os mesmos integrantes. O primeiro magistrado presidente do TOP chamava-se Enrique Amat Casado. Este homem julgou e sentenciou a penas de cárcere a milhares de homens e mulheres que luitavam contra a ditadura. Pois bem, em agosto de 1982 rematou a sua carreira profissional como magistrado do Tribunal Supremo. Um caso similar foi o de José Garralda, juiz instrutor do TOP que também chegou ao Supremo, ou o de José de Hijas Palacios, outra figura clave do TOP que rematou jubilado em 1984 após trabalhar na Sala Segunda do Supremo. Jaime Mariscal de Gante y Moreno, pai da que seria ministra de Justiça co PP de Aznar, exerceu no TOP e foi recompensado com um posto na Audiência Nacional. O destacável é sublinhar que todos eles permanecêrom e trabalhárom identificados totalmente com a ideologia franquista". Segundo se indica em *Arelas de Liberdade*, dez de dezasseis juízes titulares do TOP converteriam-se em magistrados do Tribunal Supremo ou da Audiência Nacional.

O TOP dissolverá-se o 4 de janeiro de 1977 e ao mesmo tempo criava-se a Audiência Nacional. "A AN é a filha natural e continuadora do TOP. Nom só por umha questom cronológica, mas polas atitudes mostradas numha e outra: tanto no TOP franquista como na AN atual, os processos tenhem muito a ver com as ideias, as ideologias, os pensamentos...", opina o autor. Chama também a atençom sobre um caso que considera esclarecedor das semelhanças entre um e outro tribunal: o caso Bateragune. Neste, vários integrantes da esquerda *abertzale* fôrom julgadas e condenadas a prisom pola Audiência Nacional. Em 2018 o Tribunal Europeu de Direitos Humanos sentenciou a imparcialidade do tribunal, o que provocou que recentemente o Tribunal Supremo espanhol anulasse a sentença.

Francisco Xabier Redondo Abal, autor de 'Arelas de Liberdade. Galegos perante o Tribunal de Orde Pública (TOPGAL, 1964-1976)'.

Redondo Abal: "O TOP continuou trabalhando trás o ano 1977 com outra denominaçom mas com os mesmos integrantes"

Também na Audiência Nacional se celebrará o julgamento contra as independentistas galegas detidas no marco das Operaçons Jaro I e Jaro II, que se encontram acusadas de "enaltecimento do terrorismo" e "pertença a organizaçom criminal". Um julgamento em que também está em jogo a ilegalizaçom de organizaçons como Causa Galiza e Ceivar. Redondo Abal exprime a sua "solidadariedade sincera e ilimitada" com as pessoas julgadas e salienta que "essa é umha operaçom contra o independentismo galego, portanto, contra umhas ideias que podem coincidir com as tuas ou nom, mas som ideias. Esse juízo mostra, mais umha vez, o défice democrático que vive este estado, pois, ao meu entender, a questom da 'Operación Jaro' tem muito a ver com um ataque frontal cara a um projeto político". Este investigador denuncia também o tratamento mediático arredor das detençons de independentistas e que muitos meios já julgárom e condenárom as detidas. "Umha caricatura que em nada deve invejar aquela justiça do TOP".



Koldo Tellitu
presidente da Confederaçom de Ikastolas

charo lopes

"As ikastolas som também ensino público porque som um projeto popular"

maria álvares
mariaalvaresrei@novas.gal

Os laços entre as escolas Semente e as ikastolas nascerom numhas jornadas da Semente de Lugo, desde entom ambos os projetos educativos colaboram em diversom âmbitos. Koldo Tellitu visitou Galiza por ocasiom deste 25 de Julho para se reunir com membros da Semente e acompanhar o projeto no salto para o ensino primário. Com ele revemos os anos de ensino em euskera através das ikastolas e os desafios futuros.

As ikastolas nascem e expandem-se no franquismo, como evoluem até hoje?

Eu som aluno de ikastola, entrei no franquismo numhas condiçons mui complexas. Os pais que enviavam os seus filhos a estudar às ikastolas nessa altura tinham um nível de militância enorme, hoje em dia incompreensível. Nos anos 70 com a lei Villar Palasí correu o rumor de que as crianças das ikastolas nom teríamos o certificado escolar ao acabarmos os estudos, e metade das crianças desistiu. Os nossos pais figérom umha aposta inequívoca na cultura e a língua bascas.

Naquela altura, nas ikastolas o olhar estava posto na Europa e procurava-se um nível educativo que bebesse de correntes pedagógicas. Fôrom os primeiros centros mistos no franquismo. Acima todo significavam umha nova forma de interrelacionar-se com o nosso povo. Implementárom o conceito de resiliência, ou seja, aprendia-se fazendo. Os primeiros diretores das ikastolas nom fôrom grandes visionários mas trabalhadores incansáveis que tornárom possível o impossível. Hoje temos 111 ikastolas, 11 delas em Iparralde, e 60.000 alunos. Nunca encerrou umha ikastola, nem sequer em tempos da crise.

A repressom que viveu o povo basco também acompanhou as ikastolas. Como lidastes com ela?

Enquanto aluno de Ikastola no franquismo, lembro-me de ter que esconder material antes da visita do inspetor e pendurar a bandeira espanhola ou a foto de Franco na parede. Os inspetores obrigavam-nos a comer Ikurriñas ou limpá-las com a língua. Mas isto criava umha consciência política brutal. Um dia chegavas à sala de aulas e o teu professor nom estava porque fora detido ou se exilara.

Quando fum escolhido presidente, o jornal *Deia* titulou que a ETA situava umha pessoa do seu 'entorno' como presidente das ikastolas. Nos anos 90 convivemos sempre com isto. Diziam que éramos as escolas da ETA e agora os tertulianos de Madrid também nos desprestigiam, mas nós temos claro o porquê destas pressons e ao sermos um projeto tam sólido nom nos afetam.

A nível pedagógico, quais som os pilares das ikastolas?

Som dous: o currículo basco e a educaçom por competências, isto é, aprender a ser, estar e pensar. A educaçom por competências é umha mudança que está custando muito, sobretodo na maneira de avaliar. Quando começamos a implementá-la no ensino secundário, tivemos muitos problemas mesmo para explicar às famílias, já que representa umha rutura total com o sistema tradicional. A educaçom por competências consiste em dar aos rapazes ferramentas para aplicar no dia a dia e ademais interrelacionar este processo formativo com a cultura basca.

Diante do debate de dar a batalha no público ou criar o sistema educativo que desejamos, quais som os argumentos para defender o caso das ikastolas?

Fago um apontamento histórico: a república democrática alemã começou tendo umha escola cooperativa e eram comunistas! Na Jugoslávia nom havia escola pública: eram cooperativas que dependiam das cooperativas industriais e estavam integradas nelas.

Nós partimos da base de que o ensino é um serviço público que pode ser gerido na sua totalidade pela administraçom ou ter outro tipo de características que deixem claro que nom há fins lucrativos. As ikastolas encaixam nisto: som geridas de maneira democrática. É a assembleia que decide e nela participa toda a comunidade educativa. Justificamos cada euro que investe o Governo basco em nós e as famílias que somos parte das assembleias de governo nom cobramos, somos militantes. Integramos todos os elementos do ensino no âmbito do público e encarregamo-nos, ademais, das quotas de alunado estrangeiro que nos manda a administraçom. É lógico, logo, que tenhamos poder de decisom para gerir o nosso currículo ou para decidir a nossa arquitetura, como derrubar as paredes para trabalhar por ambientes de livre circulaçom introduzindo a pedagogia da confiança.

Nós cremos no público como conceito geral mas acreditamos num modelo público comunitário e popular, e aqui reivindicamos que o mais público é a ikastola.

Entom, famílias de classe trabalhadora ou crianças de famílias migradas podem permitir-se estudar em Ikastolas?

A Ikastola Urretxindorra de Bilbau tem 160 alunos de origem estrangeira, de 17 nacionalidades diferentes. É verdade que há mais alunado de origem estrangeira na pública mas nós estamos imersos numha campanha para reverter isto. Queremos euskaldunizá-los, que se sintam parte do país. Este é um dos objetivos fundamentais das ikastolas: aumentar o número de falantes é tam importante como empoderar as crianças que já falam euskera.

A respeito do dinheiro que custa, varia muito: há ikastolas em Guipúskoa que o investimento do seu município permite quase nem pagar quotas, outras som mais custosas, mas nós sempre dizemos: ninguém se vai embora da ikastola por umha questom económica. Quando umha família nom pode pagar, procuramos fórmulas como o trabalho cooperativo.

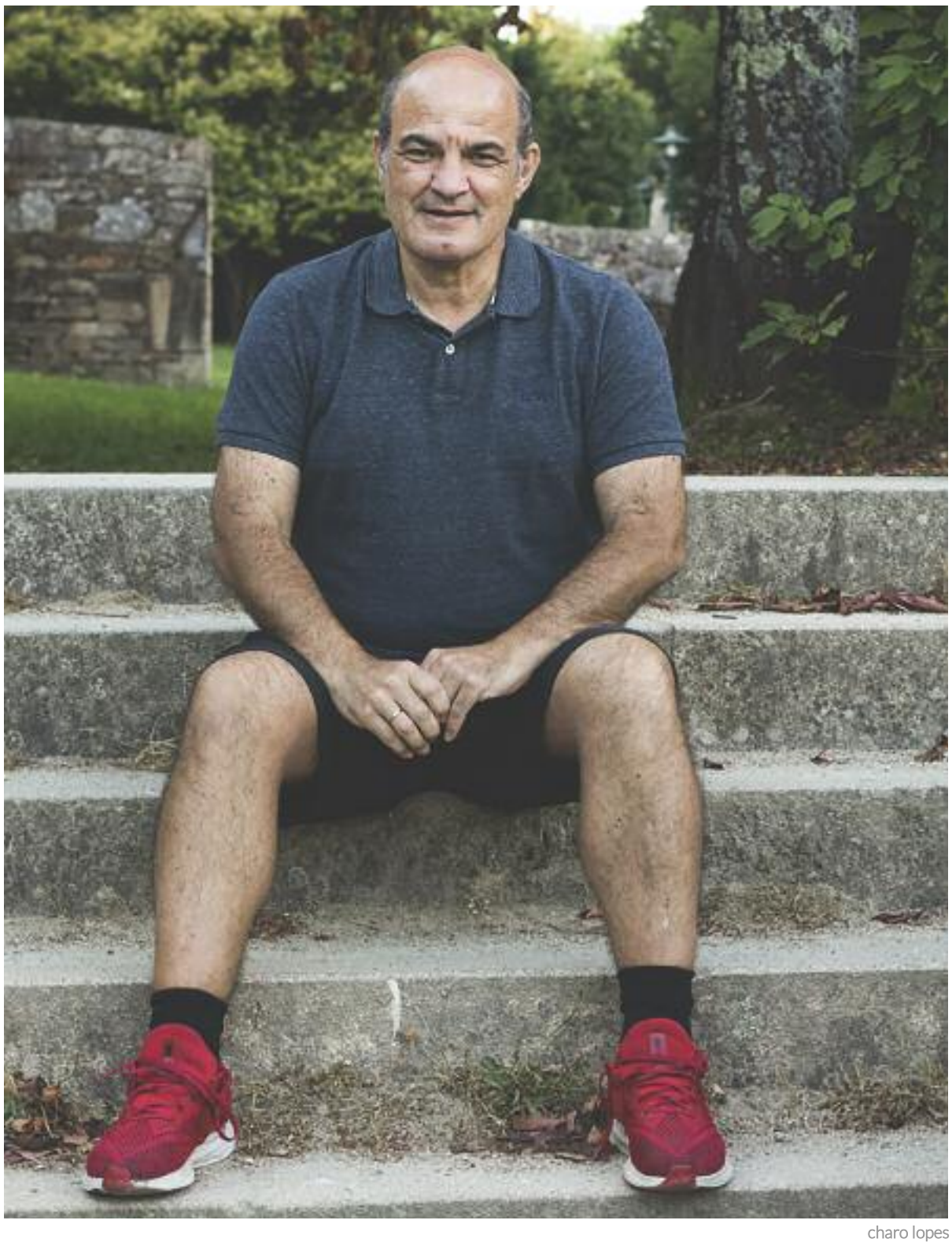
Falemos de futuro. Quais som os retos das ikastolas nos próximos anos?

Temos que dar a batalha na língua. Após o desarmamento, em Euskal Herria estamos a viver um tempo de apatia geral, tanto a nível social como político, e nom sabemos mui bem que rumo havemos de tomar. A língua nom escapa a este tempo. Conseguimos um nível de euskera que serve para ver a ETB ou para manter umha conversa mas isto nom é suficiente porque nom se geram falantes a longo prazo. Todos, desde o ensino público, ao governo basco e também as ikastolas temos que elevar o nível de qualidade do euskera para que um falante se sinta tam à vontade em eukera que esta língua seja a sua primeira opçom. Necessitamos criar consciência lingüística, para que os adolescentes que abandonam a língua com 15 anos por umha questom de moda a retomem aos 20. Para isto, necessitamos chegar à juventude. Necessitam-se *yotubers*, *bloguers*, desportistas que podam ser referentes em euskera.

O ensino público basco contempla tres opçons lingüísticas: o modelo só em espanhol (A), o modelo só em euskera (D) e o modelo misto. Ainda som necessários estes modelos?

No seu dia puidérom ter umha funçom mas agora já nom a tenhem. Há que reivindicar que desapareçam da legislaçom.

Além disso, os últimos dados de avaliaçom de diagnóstico da língua indicam que no ensino público no modelo D há alunado que nom aprende euskera, portanto, é necessária umha nova revoluçom. O nosso alunado tira entre 20-25 pontos mais que o modelo da pública em euskera mas também há problemas para que fagam a vida integramente em euskera. Isto preocupa-nos muito e a nosso objetivo mais urgente é este. Neste sentido impulsamos a banda desenhada, o ano passado saiu umha coleçom de 32 comics com muito sucesso, estreamos um filme da história de Euskal Herria para crianças e impulsamos o programa Pulunpa! para prestigiar a língua nos mais novos.



charo lopes

"Aumentar o número de falantes é tam importante como empoderar as crianças que já falam euskera"

Xácia Ceive, organizadora do projeto Sete Outeiros. pablo santiago

TRANZINE SETE OUTEIROS /

"Cada mandato de género que se quebra é umha forma de nom-binarismo"

elena martín lores
elenamartinlores@novas.gal

Xácia Ceive é a organizadora do espaço e projeto Sete Outeiros, um refugio e retiro na natureza da Ribeira Sacra para pessoas trans e queer (LGBTIA). Gael Papel é umha pessoa nom-binária que se nomeia em neutro —pronome eli—. É lisboeta e leva dous anos morando em Compostela, militando nos coletivos Amizando e 'Ninguén sen Coidados'. Falam-nos do primeiro Tranzine de Sete Outeiros, umha colaboraçom literária e artística que nasce num momento em que o coletivo trans também sofre discriminaçom dentro do feminismo, e que busca abrir os olhos a todas as pessoas que o leiam.

Quando e como surge o Tranzine de Sete Outeiros?

Xácia Ceive: O coletivo trans está num momento de exigir dignidade em igualdade, e para chegar a estas alturas —que nos restauraria a um espaço de plena dignidade na nossa cultura— fai falta muito trabalho elaborando discursos e entendimentos, compartindo as nossas experiências e fazendo um esforço pedagógico. Por isso nasceu o nosso Tranzine.

Polo primeiro numero as contribuidoras estavam preparando os textos no inverno, figem a maqueta na primavera, mas a covid-19 atrasou a publicaçom e nom conseguimos imprimir até depois da quarentena.

Por que decidistes dedicar este número à língua, e particularmente à linguagem nom-binária (NB)?

X.C.: O facto de estarmos começando a ter mais espaço cultural para interrogar, investigar e experimentar com o género está causando um aumento na quantidade de pessoas querendo experimentar com a neutralidade linguística para melhor descrever as suas vidas. Na Galiza, estando linguisticamente dominada polo castelhano, isto implica que, se nom fazemos um esforço intencional, vamos comprar todas as nossas opçons linguísticas neutrais de Madrid, em vez de interrogar a lógica própria do nossa idioma para neutralizar com modos próprios. Nom me auto defino com regularidade nom-binária, e por isso deixei a voz do tranzine a outras pessoas.

Para bem capturar a realidade atual da nossa língua, convidei um ativista da nossa linguagem, Dani Amarelo, umhe artista de Lisboa, Gael Papel, que já poderia chamar Galiza um segundo lar, e umha pessoa de Madri, Mirzam Jay Lokabrenna, quem organizou o primeiro encontro ibérico nom-binário aqui mesmo em Sete Outeiros. Mirzam mora em Compostela e está no processo de aprender galego. Assim temos as principais possíveis influências na exploraçom de linguagem neutra em galego.

É a linguagem nom-binária chave para rematar com o cisheteropatriarcado?

Gael Papel: É umha pergunta moi complicada, mas acho que sim. As existências NB som em si mesmas formas de resistência ao sistema cishete-

"As existências nom-binárias som em si mesmas formas de resistência ao sistema cisheteropatriarcal, porque desafiam os fundamentos básicos em que ele assenta"

Gael Papel participou na elaboraçom do Tranzine. pablo santiago

ropatriarcal, porque desafiam os fundamentos básicos em que ele assenta. A linguagem NB é um sintoma disso. Pondo-o um pouco mais em contexto, no nosso universo ocidental som permitidos dous géneros e a cada um deles associam-se características que pretendem justificar desigualdades e discriminaçons, e manter sistemas de privilégios. Mas a decisom de valorar ou desprezar determinadas características é umha decisom política, umha construçom social. E este sistema de manutençom das desigualdades nutre-se de que nom sejamos conscientes disso, de que pensemos que as normas de género som algo inato ao que nom podemos escapar, de que pensemos que esses estereótipos som o desejável e o "normal", e de que escapar à "normalidade" é terrível. As moças gostam do rosa, os moços do azul; as moças som sensíveis e cuidadoras, os moços agressivos e valentes, as moças levam cabelo longo e gostam dos moços, os moços levan o cabelo curto e namoram de moças com o cabelo longo, etc... Mas que passa quando se começam a transgredir estas normas? O nom-binarismo é muito mais do que umha terceira identidade de género: masculino, feminino, outro. Quando Monique Wittig dizia que as bolheras nom eram mulheres, já estava, na minha opiniom, abrindo umha fenda no binarismo do sistema sexo-género. Para mim, o nom-binarismo é a recusa dos dogmas patriarcais e colonialistas que automaticamente nos colocam num extremo ou noutro da vida. Cada mandato de género que se quebra é uma forma de nom-binarismo (ainda que nom nos identifiquemos com umha identidade NB) e é um passo cara a fora do sistema cisheteropatriarcal. E o que é mais rompedor que umha linguagem que esse sistema nom contempla?

Mirzam Jay fala na sua entrevista sobre o duro que pode ser conseguir que respeitem a identidade própria. A linguagem NB pode ser umha soluçom a longo prazo ao binarismo?

G.P.: Penso que é impossível ser percibide exatamente como somos ou nos sentimos e que esse nom é o principal problema porque ten mais a ver com as expetativas des outres que com a nossa identidade. Na verdade, nom pedimos ninguém que entenda, pedimos apenas que se respeite. Podemos comunicar alguém como queremos ser tratades mas nom podemos controlar como essa pessoa nos vê. E nom estou segure de que isso seja o mais importante. Por exemplo: Eu som uma pessoa NB que se relaciona sexo-afetivamente quase sempre com mulheres lésbicas/bolheras. Que elas se considerem bolheras nom fai de mim umha mulher lésbica. E por outro lado, que eu seja umha pessoa NB e nom umha mulher, nom fai que elas sejam menos bolheras. A linguagem NB serve para dirigir-se às pessoas que a utilizem para referir-se a si mesmas, independentemente da interpretaçom que o nosso cérebro poida fazer delas. E acho que se a utilizamos, pouco a pouco acostumaremos a ver com olhos mais fluidos.

No tranzine falades brevemente do "desprezo" também dentro do feminismo ao que se consideram qualidades femininas, pensades que isto é assim?

X.C: Acho que isto está em parte ligado a umha discussom filosófica nos feminismos. Eu nom som abolicionista de género. Som abolicionista de opressons e de todos os elementos obrigatórios no nosso sistema de sexo-género. Mas, há nos que veem todos as expressons de género, socialmente vistas como 'femininas', como parte do problema, parte da imposi-

"O coletivo 'trans' está num momento de exigir dignidade em igualdade"

çom. Estes argumentos estám aparecendo muitas vezes, especialmente contra mulheres trans. Há algo de paternalista nesta lógica. Acho este desprezo como umha nova pressom que cria um novo limite à livre expressom de mulheres, pessoas nom-binárias, e no fim, a homens também. Penso que enquanto mulheres, já experimentamos pressons enormes na nossa expressom de género, a ultima cousa que há de fazer o feminismo é acrescentar novas pressons. A questom de o que fazer com o género, aboliçom, liberdade, etc., é enorme. Se calhar mereceria encher o numero dous do tranzine. Enquanto estamos a navegar sistemas complexos, com níveis de opressom e desequilíbrios de poder, sempre estou em favor de soluçons e linguagem que deixam as pessoas menos privilegiadas navegar, expressar e explorar estes sistemas com máxima liberdade.

G.P.: Neste tema nom acabo de ter a mesma opiniom que Xácia, ainda que em parte sim coincidamos. Da minha experiência nunca sentim um desprezo pola feminidade, ainda que me pergunte, ao final, a que nos estamos a referir. Se nos estamos a referir aos estereótipos de feminidade —como a tendência para cuidar, a sensibilidade ou pôr-se saia—

Refúgio Sete Outeiros na Ribeira Sacra. pablo santiago

entom penso que o que existe nalguns universos (trans)feministas nom é desprezo, senom o desejo de que essa nom seja a única opçom, e de que nom seja um requisito indispensável para ser, o que quer que isso queira dicir, femenina/e/o. Por exemplo, é comum esperar que uma mulher trans tente feminizar-se o mais possível segundo o padrom cultural de feminidade. Que se ponha saias, que se maquilhe e que seja hetero. Noutras palavras, a "feminidade obrigatória" é uma condiçom para mais ou menos poder habitar o sistema binário com um mínimo de tranquilidade. O tam sobre-valorado *passing* que nos permite sobreviver neste sistema cisheterohostil. E aqui estou de acordo com Xácia, nom é justo, deveríamos poder ser livres.

Xácia, a palavra 'women' tem para ti umhas conotaçoms distintas que a palavra 'mulher'. Muda a nossa perspetiva do mundo segundo o idioma que usemos? Nas línguas onde nom há género gramatical marcado os géneros fluem mais?

G.P.: Cada idioma que falamos ou entendemos amplia a maneira como vemos o mundo e trae outras formas de comunicar-nos que suponhem um entendimento distinto da nossa contorna. Penso que nos idiomas onde o género nom está gramaticalmente (tam) marcado, a inserçom da linguagem neutra é mais simples, e quiçá o processo mental através do que perceberemos o género além do binário, seja mais rápido.

"Sempre estou em favor de soluçons e linguagem que deixam as pessoas menos privilegiadas navegar, expressar e explorar estes sistemas com máxima liberdade"

X.C: Eu estou convencida que entre a ampla heterogeneidade das nossas sociedades, temos de todo. Pessoas que precisam a liberdade para fluir entre categorias fixas, pessoas que valoram a estabilidade de categorias para o uso pessoal —nom para ditar as identidades doutras, claro—. Há pessoas que necessitam as palavras homem e mulher, pessoas que necessitam outros espaços de sexo/género, pessoas que querem comunicar, através dumha expressom de género que encaixem num grupo ou outro, pessoas que exigem, corretamente, que a sua expressom de género nom implica estar alocada a um grupo ou outro. Penso que o nosso reto é tentar fazer espaço, linguisticamente e culturalmente, para todas estas necessidades.

O uso do neutro pode chegar a ser um problema para línguas minorizadas como a nossa?

X.C.: Sei que existe umha crítica de linguagem neutra no galego, que sigue estas linhas. Convidei Dani Amarelo escrever desta tema no tranzine, porque ele poderia explorar estes dificuldades desde umha posiçom de sensibilidade, entendendo melhor as necessidades do coletivo nom-binário, que outras ativistas linguísticas. E, falando com Dani nos meses depois, ele lamentou o facto de nom encontrar exatamente o tom que queria no tranzine, e queria mostrar mais auto-conhecimento do privilegio de nom sentir a necessidade de empregar linguagem neutra diária cerca si mesmo. Também, afirma que a linguagem neutra nom presenta um "problema", só é que pode ser um desafio maior para umha língua minorizada.

Como navegamos estas varias necessidades? Penso que os textos no tranzine nom tentaram dar respostas finais a estas perguntas complicadas. Pintárom o espaço em que podemos continuar a explorar, negociando, e co-criando linguisticamente.

G.P.: Na minha opiniom o uso do neutro nom altera muito a situaçom. Esta linguagem é mui pouco utilizada, praticamente nom é reconhecida e menos ainda validada —o que resulta na invisibilizaçom das pessoas que se identificam com ela e que a utilizam—. Quem a usa necessita dela urgentemente. Acho que a linguagem NB irá mudando e adaptando às necessidades reais de quem a utiliza e ao idioma que essas pessoas falam, tornando-o mais próprio e mais auténtico, porque também o serám es sues falantes.

Entom, achades que se normalizará rápido o uso do neutro nas línguas ou resta muito por fazer?

G.P.: Som só uma pessoa NB que nom conhece o futuro (risos). Mas penso que ficará sempre muito por fazer e que a maneira como nos expressamos –sintoma de como vemos o mundo– está mui marcada nom só por um sistema cis, hetero, patriarcal e binarista, senom também por mandatos coloniais, racistas, capacitistas, especistas... e que temos muito por desconstruir.

Algumha outra cousa que consideres de interesse comentar?

X.C: Se alguém quer conseguir umha copia deste numero, podem mandar um correio a: *ola@seteouteiros.gal*. Cobramos entre dous e cinco euros, dependendo da economia da pessoa. Também pode apoiar Sete Outeiros em teaming.net/seteouteiros por só um euro ao mês. Enviaremos umha cópia em troca!

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

SALZEDA DE CASELAS/
O MATADOIRO
Senda do rio Landres

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRIO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro
O QUILOMBO
Princesa

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

'ENREDE MILLOR'. Um encontro gastronómico e artístico arredor da recuperaçom da colheita do milho. Haverá mercado e atividades lúdicas.
MONTE SAIÁNS (ZONA MERENDEIRO), VIGO
SEXTA-FEIRA 25 E SÁBADO 26 DE SETEMBRO

ACAMPAMENTO DE VERAO DA AMAL. Nova data para o acampamento de dous dias organizado pola Agrupaçom de Montanha Águas Limpas. O preço é de 20€ e o prazo de inscriçom remata o dia 30 de setembro. Podes apontar-te escrevendo a *amalaguas@gmail.com*.
COUREL
2, 3 E 4 DE OUTUBRO

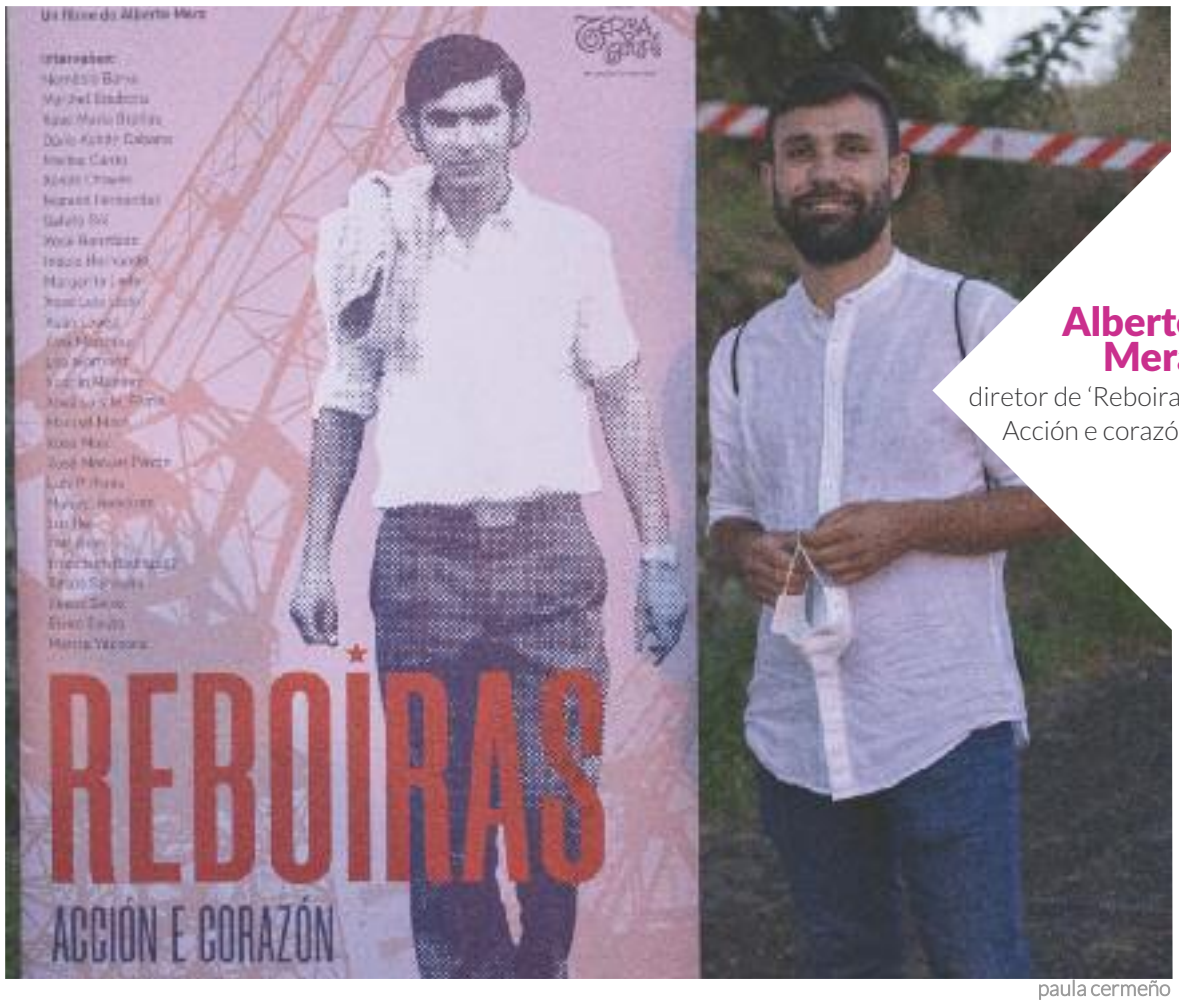
MOSTRA DO POSSÍVEL 2020. Um novo encontro entre entidades de Economía Solidário e movimentos sociais em que se pretende visibilizar que existem alternativas para construirmos um mundo mais justo. Haverá diversas atividades, apresntaçons e debates.
ALAMEDA NOVA, CANGAS
SÁBADO 3 E DOMINGO 4 DE OUTUBRO

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja



Alberte Mera
diretor de 'Reboiras. Acción e corazón'

paula cermeño

"Tentei fazer um retrato fiel de Moncho Reboiras"

maria rodiño
mariarodinho@novas.gal

O passado mês de agosto Alberte Mera estreava 'Reboiras. Acción e corazón'. Através de testemunhas, materiais de arquivo e ficçom, o filme oferece umha aproximaçom à figura política e humana de Moncho Reboiras, a um momento chave da nossa história recente e à geraçom que o protagonizou.

Como nasce 'Reboiras. Acción e corazón'?

Há umha dívida com Reboiras e com toda a geraçom de galegas e galegos que nesse momento desafiárom a ditadura com enorme valentia e compromisso. Falta um reconhecimento nom só na historiografia oficial, senom também a nível institucional. Por outro lado, acho que havia umha imagem um pouco distorcida de Reboiras e havia que dar-lhes a oportunidade às pessoas que o conhecérom de primeira mao de que nos figeram um retrato fiel dele, que é o que tentei neste filme.

Que novas dimensons da figura de Reboiras descobriste?

Toda a sua implicaçom sindical. Ele está nas greves do 72, nos estaleiros, trabalhando mao a mao com a Organizaçom Obreira, ajudando desde a UPG... Eu, que sou de Vigo, desconhecia muito desta história de combate e de sindicalismo de confronto e luita direta contra o capital. Conhecer a figura de Xesús Chaves abriu-me muito os olhos. Outra questom é que nom deixa de ser contraditório que reconheçamos a Moncho com a imagem que ele precisamente utilizava para se disfarçar na clandestinidade, com bigode postiço e perruca. Tento derrubar essa imagem tanto com a ficçom como com fotografias que nom viram a luz e que cedeu o seu irmao Manuel.

Porque essa mistura de ficçom e testemunhas?

Dava-me medo que a espetadora, ao escuitar os relatos das testemunhas, fosse imaginando a Reboiras com esse rosto transformado. Por isso principiamos com a ficçom e rompemos a cronologia e o espaço-tempo começando polos últimos acontecimentos da súa vida em Ferrol. Com Daniel Celester, além de um mui bom ator, buscamos o parecido físico com o Moncho das fotos.

Que papel tem o audiovisual na recuperaçom da memória?

Eu creio que é fundamental. Depois da morte de Franco há muito material registado, que é desconhecido e está escassamente difundido. Surpreende, porque nos poderia dar muitas chaves para sabermos quem somos, aonde vamos e de onde vimos. Isso temos que quebrá-lo e o audiovisual é umha ferramenta que tem umhas possibilidades brutais numha sociedade como a nossa.

O filme conseguiu financiamento através de 'crowdfunding' e está a ser bem acolhido polo público. É sintoma do interesse por este tipo de produçons e temáticas?

Tem que ser. Completamos o *crowdfunding* em dous meses, apresentamos o filme em Imo –lugar natal de Reboiras– e tivemos de repetir porque ficou gente fora, projetamo-lo em Ferrol coincidindo com o aniversário... O seguimento que tem, o carinho com que se está a acolher, motiva muito e é indicativo de que interessa a nossa história, de que interessa o nosso país e de que no audiovisual temos espaço.

'Eco-friendly'

Raquel Miragaia

Quando tive a minha primeira menstruação fui instruída numa série de hábitos de higiene que incluíam o uso de pensos higiénicos apenas para sair. No dia a dia, a alternativa eram uns panos de tecido, muito leve e branco, que eram lavados depois do uso. A minha mãe lavava os poucos sacos plásticos que chegavam em casa uma e outra vez, até ficarem sem tinta da marca do mercado. Usavam-se pouco e, ainda assim, eram um bem muito valioso, por escasso. As potas habituais de toda casa rural galega ficavam furadas com o tempo e o uso e eram arranjadas por meu pai, remendando-as com uma peça metálica da que saía o resto de um prego. As minhas mãos ficavam arranhadas cada vez que tinha que lavar aquela pota remendada, até que o furo voltava e a pota era reconvertida em vaso onde se plantavam salsas ou outras ervas aromáticas.

Como éramos quatro irmãos, a roupa tinha muitas vidas. Quando havia que trabalhar em terras afastadas, levávamos água fresca do poço num porrão de barro que mantinha a frescura intacta nas tardes de calor. Os novos fomos convencendo os velhos de que aqueles costumes já não eram precisos. Na verdade, o plástico deixou de ser um bem escasso e tínhamos dinheiro para comprar pensos descartáveis também para uso caseiro.

Herdei uma rica tradição decrescentista que rejeitei sistematicamente por ser cousa de velhos e, sobretudo, de pobres.

Tenho 45 anos e agora compro cuecas menstruais e pensos laváveis em lojas online muito afastadas e bastante caras. De vez em quando, consulto em *Instagram* dicas para reutilizar recipientes e uso uma garrafa térmica para transportar a água convenientemente filtrada da torneira. Neste breve período histórico, o capitalismo devolveu-me o meu decrescentismo de pobre com nomes *eco-friendly* e preços que os meus pais não poderiam pagar.